

PERIÓDICO ELETRÔNICO

GEOBAOBÁS

RELATÓRIO TÉCNICO: AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL -

DOI: <https://doi.org/10.26512/geobaobas.v1i2.4276>



GEOBAOBÁS

PERIÓDICO
ELETRÔNICO



PERIÓDICO ELETRÔNICO - GEOBAOBÁS
VOLUME 1. ANO 1 NÚMERO 02 (2017)
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - BRASIL
ISSN : 2595-7988



RELATÓRIO TÉCNICO: AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL-

Coordenador:
Geog. Rafael Sanzio A. dos Anjos

Técnicos:
Geog. Alexandre F. Soares
Geog. Mônica R. de Jesus
Geologo Paulo Fortes
Geog. Rafael Sanzio A. dos Anjos
Geog. Suzana Dias Rabelo
Geog. Thiago L. Carvalho

Bolsista:
José Miguel dos Santos
Talita C. Machado

PARCERIA TÉCNICA : FUBRA - CIGA/UNB
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - BRASIL
DEZEMBRO - 2004

p. 01-73

Como citar este artigo:
ANJOS, R.S.A., *RELATÓRIO TÉCNICO: AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL* - Periódico Eletrônica: Geobaobás, v.1, n.2 (2017), p. 1 - 73 ISSN: 2595-7988.

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons .
Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.



Foto: Prof. Rafael Sanzio dos Anjos. Detalhe da roda do Carro de Boi. Comunidade Quilombola de Mumbuca – Tocantins, 2014

APRESENTAÇÃO

Este novo Número do Periódico GEOBAOBÁS vem também no sentido de concretizar as demandas e atividades do **Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (Projeto GEOAFRO)**. Os compromettimentos com o ordenamento do território e a educação afrobrasileira continuam sendo desafios estruturais. Neste sentido, cada produto realizado é uma oportunidade para fortalecer os objetivos propostos e agregar parcerias e um maior alcance no setor decisório e junto a sociedade civil. O Periódico GEOBAOBÁS, colocado no "ar" nesta oportunidade é parte de um sonho maior em realização. Um abraço grande a todos e todas!

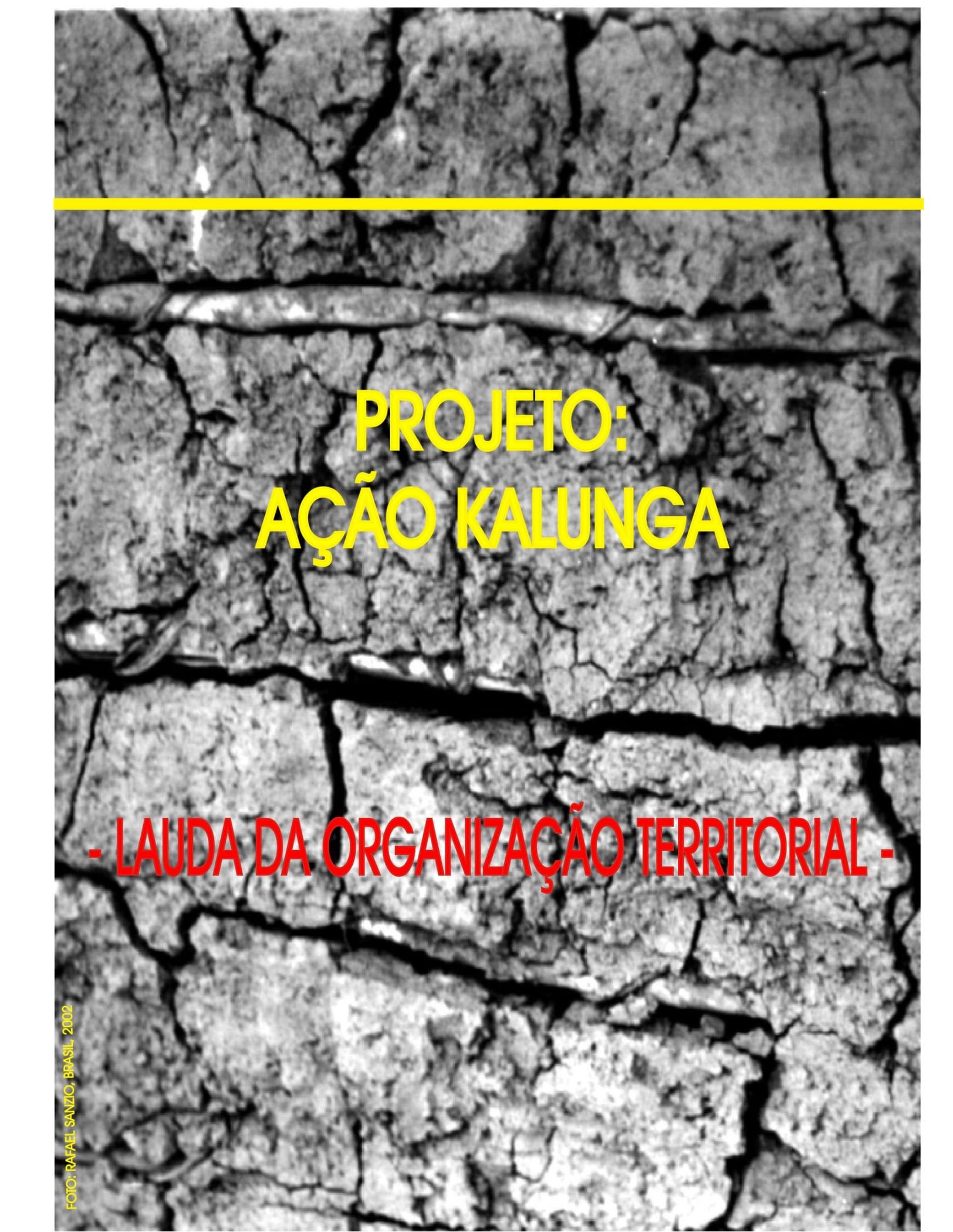
Brasília-Brasil, outubro, 2017

PRESENTATION

*This new issue of the GEOBAOBÁS journal come as well in the sense to achieve the demands and activities of the **Geography AfroBrazilian Project: Education and Planning of the Territory (Project GEOAFRO)**. The involvement with the planning of the territory and the Afro Brazilian education, continue to be structural challenges. In this way, each product accomplished is an opportunity to reinforce the objectives proposed and add partnerships to a bigger reaches in the decisory sector and together with the civil society. The Journal GEOBAOBÁS, placed in the "air" in this opportunity is part of a big dream in progress. A big hug to everyone!*

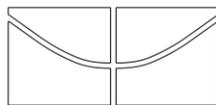
Brasília-Brazil, October 2017





PROJETO: AÇÃO KALUNGA

- LAUDA DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL -



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

PROJETO:
AÇÃO KALUNGA
- LAUDO DA ORGANIZAÇÃO
TERRITORIAL –

PARCERIA TÉCNICA:
FUBRA – CIGA/UNB

Tel: (61)307-2393 Fax: (61)272-1909 Cel: (61)9962-3849 E-mail: quilombo@unb.br

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL - BRASIL
DEZEMBRO - 2004

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

PROF.DR. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS

TÉCNICOS

GEÓGRAFO ALEXANDRE FREITAS SOARES

GEÓGRAFA MÔNICA RAMOS DE JESUS

GEÓLOGO PAULO FORTES

GEÓGRAFO RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS

GEÓGRAFA SUZANA DIAS RABELO

GEÓGRAFO TIAGO LOURENÇO CARVALHO

BOLSISTA

JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS

TALITA CABRAL MACHADO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

ICC NORTE – BLEBA “B” SUB-SOLO – CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY

RIBEIRO – ASA NORTE – BRASÍLIA – DF.CEP.70.910-900

TEL: (61) 307-2393 FAX: (61) 272-1909

E-mail: quilombo@unb.br

PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL -

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (7)

1. A DINÂMICA DO TRÁFICO E OS QUILOMBOS (12)

1.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL (16)

2. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA – ALGUMAS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS (23)

2.1 O QUILOMBO KALUNGA E O SÍTIO HISTÓRICO E CULTURAL (27)

3. CARACTERIZAÇÃO FÍSICO – AMBIENTAL (33)

3.1 O CLIMA E O BALANÇO HÍDRICO DA REGIÃO (33)

3.2 AS UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS E A HIDROGRAFIA (36)

3.3 A COBERTURA VEGETAL DA REGIÃO (37)

3.4 TIPOS DE SOLOS OCORRENTES (41)

3.5 FORMAÇÃO GEOLÓGICA, OS RECURSOS MINERAIS E O POTENCIAL MINERAL (44)

3.6 HIDROGEOLOGIA (47)

4. UNIDADES DE PAISAGEM GEOGRÁFICA E OS ESPAÇOS RESTRITIVOS PARA URBANIZAÇÃO (52)

4.1 O PROCESSO DE MAPEAMENTO (56)

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES (64)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (68)

**ANEXO I - MAPA GERAL DAS LOCALIDADES DO SÍTIO
CULTURAL E HISTÓRICO KALUNGA**

**ANEXO II- DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA SÍNTESE DAS
POTENCIADLIDADES E RESTRIÇÕES FISÍCO-AMBIENTAIS**

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaríamos de agradecer ao Prof. Aiporê Moraes e a Equipe da Fubra, particularmente, a Luciana e a Gabriela, pelos apoios decisivos nas resoluções burocráticas. Devemos agradecer ainda a Jonatas Barreto, pela importante colaboração no trabalho de campo do estudo. Agradecemos, também, ao Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília pelas facilidades instrumentais colocadas a disposição do projeto. Finalmente agradecemos a todos os guias que nos ajudam e a todos os orixás africanos.

A Equipe

INTRODUÇÃO

Uma das questões estruturais relacionada à cultura africana no Brasil que continua merecendo investigação e conhecimento, está relacionada aos aspectos historiográficos e geográficos das populações oriundas do continente africano ao longo da diáspora e suas relações com a formação do território brasileiro. Dessa maneira, configura-se uma necessidade de construção e recuperação das informações e referências espaciais que possam permitir a construção de um perfil das culturas africanas e do negro brasileiro na estruturação territorial e no desenvolvimento do Brasil.

Os territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos, sítio geográfico onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, constituem um dos segmentos mais relevantes desse processo de recuperação e resgate da presença de referências africana na formação do território brasileiro.

A história brasileira tem se referido aos quilombos sempre no passado, como se estes não fizessem mais parte da vida do país. Entretanto, as comunidades remanescentes de antigos quilombos emergem nesse momento histórico apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e revelando que não foram poucos os sítios quilombos formados durante a escravidão. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos e de outras entidades negras organizadas com ações desde os anos 1980 em todo o território brasileiro.

Dentre os pontos estruturais que permeiam a situação dos descendentes dos antigos quilombos no Brasil, destaca-se a carência de

informações geográficas sistematizadas referentes à sua organização territorial. A Geografia é a ciência do território, eo território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade da população. Essa é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar os lugares e suas dinâmicas mais compreensíveis, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incongruências e incompatibilidades espaciais.

A partir de cadastramento realizado por Anjos (2000) sobre os registros das comunidades quilombolas no Brasil, foram apontadas centenas de territórios distribuídos por todas as regiões geográficas do país, concentrando-se, principalmente, nas áreas correspondentes aos ciclos econômicos que se processaram no país. Na Região Centro-Oeste, particularmente no Estado de Goiás vamos encontrar um dos registros mais significativos de remanescentes de quilombo nas comunidades denominadas Kalunga, que constitui um dos territórios quilombola mais significativo do país.

Dessa forma, o objetivo básico deste estudo é fazer uma caracterização do processo de formação do território Kalunga em Goiás, destacando os contextos físico-ambientais e suas restrições para o processo de urbanização.

Utilizamos, como ferramenta básica de trabalho, os recursos das imagens cartográficas pela sua possibilidade de ser eficiente no conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos e contemporâneos. Por outro lado, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da sociedade são grandes e existem poucas

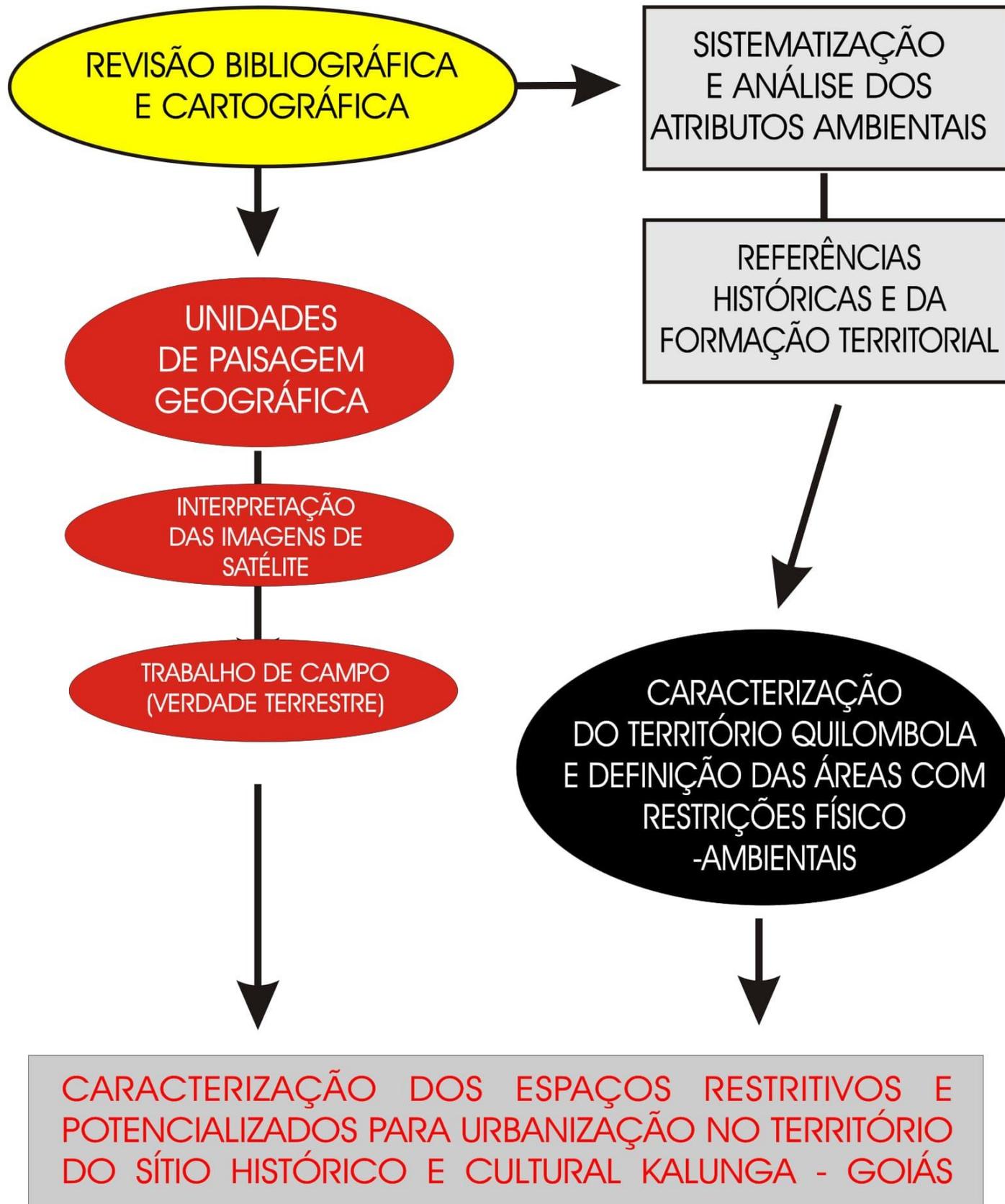
disciplinas mais bem colocadas que a cartografia para explicar as inúmeras indagações do que aconteceu, do que está acontecendo e do que pode acontecer no espaço geográfico. Este trabalho faz parte de uma das etapas do **Projeto Geografia Afro-brasileira**, que está sendo desenvolvido no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Dessa forma, tratamos na parte inicial do trabalho da dinâmica demográfica e territorial do tráfico negreiro e a estruturação dos quilombos. Na segunda parte, são abordados os aspectos históricos fundamentais da formação do território Kalunga. Em seguida, são feitas as caracterizações dos componentes físico-ambientais do espaço de investigação. A parte seguinte trata dos grandes padrões de ocupação existentes, ou seja, as unidades de paisagem geográfica interpretadas. Nessa quinta parte do documento são apontados, também, os espaços restritivos para urbanização no território quilombola e finalmente são feitas as conclusões e recomendações do trabalho. A **Fig.01** sintetiza a estrutura do trabalho desenvolvido.

Dessa maneira, com essa estruturação sintética o trabalho busca contribuir efetivamente para a ampliação das informações territoriais do espaço quilombola Kalunga, de maneira que as intervenções possam ter uma melhor compreensão dos principais processos geográficos da formação do seu povo e da organização territorial.

FIGURA 01

LAUDO GEOGRÁFICO DO TERRITÓRIO KALUNGA - GO. ROTEIRO METODOLÓGICO



A DINÂMICA DO TRÁFICO E OS QUILOMBOS

1. A DINAMICA DO TRAFICO E OS QUILOMBOS

A Europa, com seu território de dimensões reduzidas, pobreza mineral e uma população insuficiente para ocupar e produzir nas “novas” terras descobertas, nas quais os europeus haviam chegado nos séculos XV e XVI, vai encontrar nessas mesmas terras os fatores de produção que lhe são escassos. A exploração dos recursos naturais, principalmente os minerais preciosos, da América e da África e a estruturação da mão-de-obra escrava. Esses fatos vão impulsionar o comércio a longa distância e fortalecer o poder central do Estado, passando a ser a base do capitalismo comercial e financeiro na Europa e além dela.

O mercantilismo europeu, entretanto, tinha pressa, uma pressa que não permitia um relacionamento harmônico com as novas sociedades com as quais entrava em contato. Não era somente a terra e suas riquezas que interessava aos povos europeus, mas também os homens, para o cultivo e a exploração das minas, eram necessários aos colonizadores.

O tráfico de escravos da África para a América foi, durante mais de três séculos, uma das maiores e mais rendosas atividades dos negociantes europeus, a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu *habitat*, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. Lutas sangrentas, violência, situações completamente novas de deslocamentos e adaptações, morte e crueldade, tudo isso concorreu para os efeitos multiplicadores do grande negócio que foi o tráfico de escravos, tais como o crescimento da indústria naval, da indústria bélica, da agricultura, da mineração, da atividade financeira, fechando o ciclo da acumulação primitiva de capital. Reconhece-se hoje que dentre os principais fatores que

fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava jamais imaginado pelo homem foi a tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros e mineradores.

O sistema escravista no Brasil tem particularidades substanciais em relação às demais regiões da América. A manutenção dessa estrutura por quase quatro séculos no território brasileiro e a quantidade de africanos importados até 1850, mostram como a sociedade escravista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se. Devemos ressaltar que foram as regiões geográficas do Brasil de interesse econômico europeu que detiveram os maiores fluxos de negros escravizados.

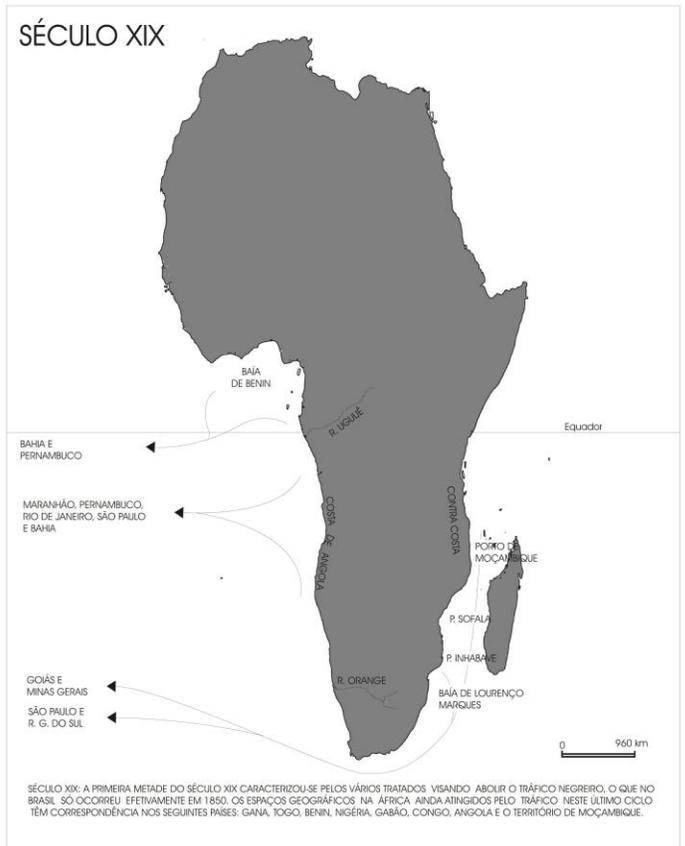
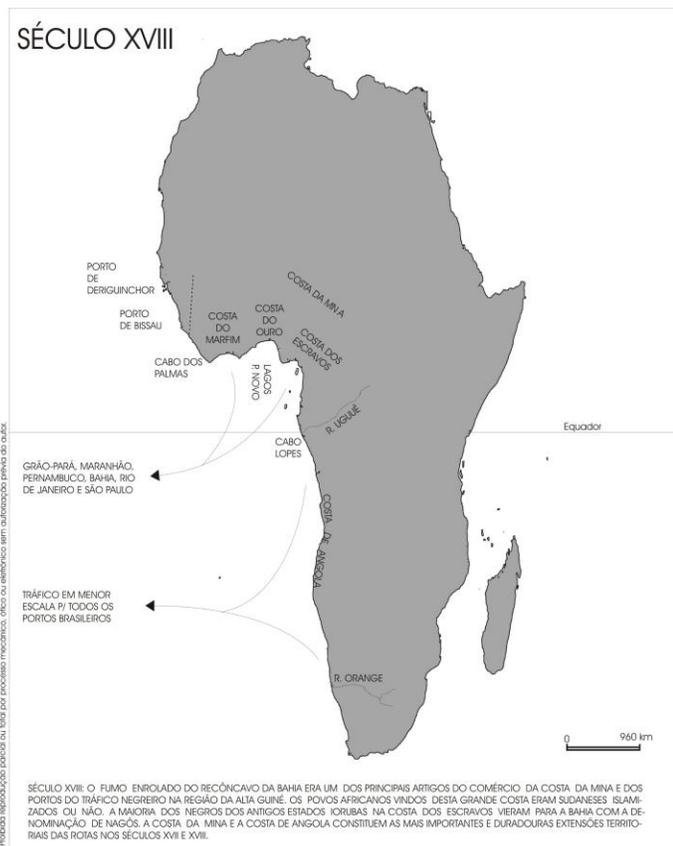
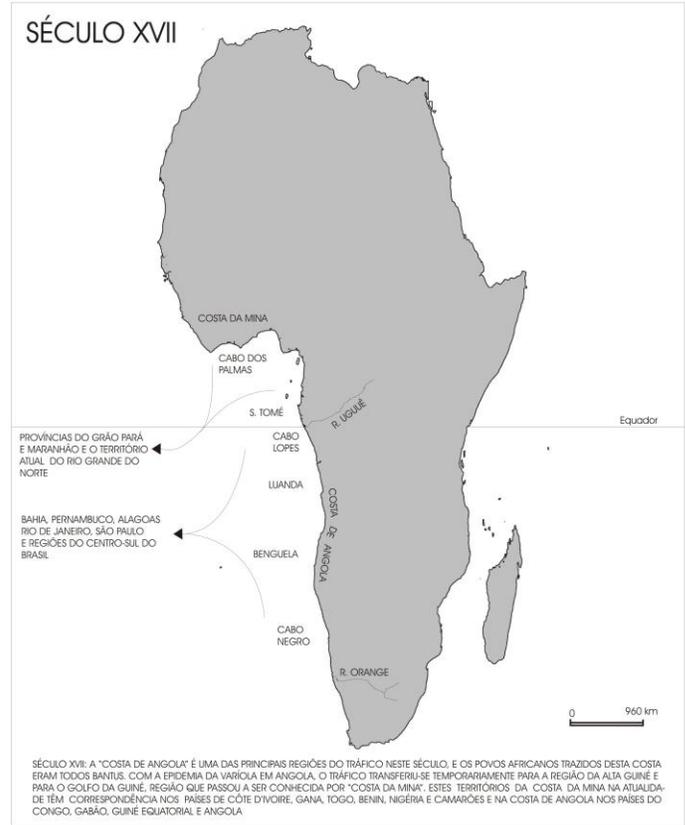
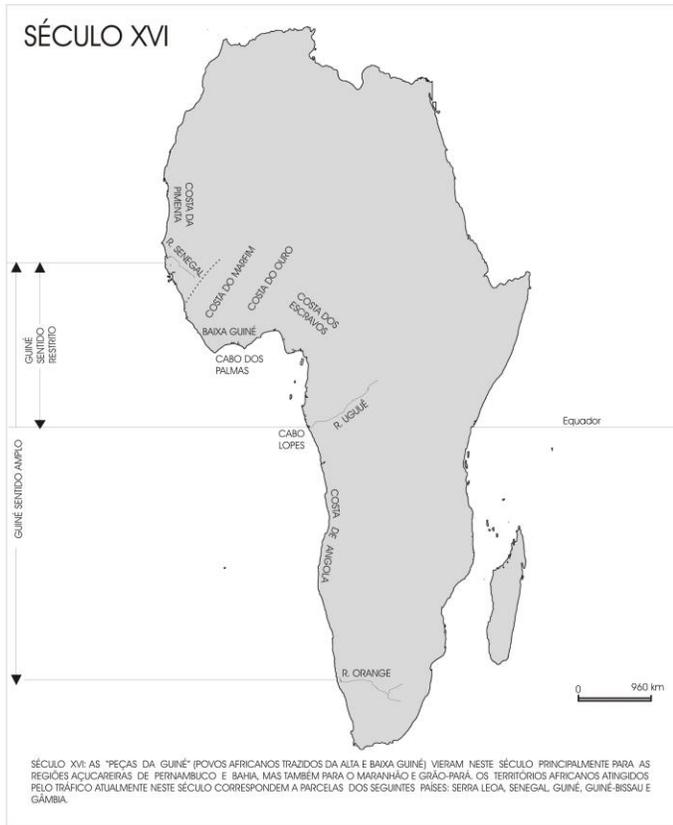
Os mapas da **Fig. 02** mostram uma representação gráfica das referências territoriais de origem na África nos quatro séculos do tráfico de escravos. No século XVI, a referência principal são povos africanos retirados das regiões caracterizadas como Alta e Baixa Guiné. Estes vieram, principalmente, para as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, mas também foram para o Maranhão e o Grão-Pará. Os territórios africanos atingidos pelo tráfico nesse período atualmente correspondem a parcelas dos seguintes países: Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau e Gâmbia.

No século XVII o tráfico vai ser dinamizado na “Costa de Angola”, transportando povos africanos para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do centro-sul do Brasil, e na “Costa da Mina”, com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte. A antiga “Costa da Mina” compreende atualmente os territórios dos seguintes países: Côte d’Ivoire, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões. A conhecida Costa de Angola corresponde aos seguintes países: Angola, Gabão e Guiné Equatorial.

FIGURA 02

REFERÊNCIAS TERRITORIAIS DE ORIGEM DO TRÁFICO DE POVOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS PARA O BRASIL

GEÓGRAFO RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS



Fotografia reproduzida parcialmente de um mapa do século XVIII, adaptada para fins educacionais.

Nos séculos XVII e XVIII, vão se constituir as mais importantes e duradouras extensões territoriais das rotas do tráfico negreiro: as Costas da Mina e de Angola. É nesse período que vão ocorrer os maiores volumes de povos africanos transportados para o território brasileiro. A primeira metade do século XIX caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, o que no Brasil só ocorreu efetivamente em 1850. Os espaços geográficos da África atingidos por este último ciclo têm correspondência na atualidade aos territórios dos seguintes países: Gana, Togo, Benin, Nigéria, Gabão, Congo, Angola, Moçambique e Madagascar.

É importante não perder de vista que existiram várias formas de resistência criadas pelos povos negros e configuradas na forma de lutas urbanas e rurais, nas quais vamos destacar os quilombos, sítio geográfico pulverizado por todo o território brasileiro e onde se agrupavam principalmente os negros escravizados que se rebelavam contra o sistema escravista. Nos espaços onde existiram o sistema escravista, ao longo desses séculos de tráfico negreiro, ocorreram esses agrupamentos de negros estruturados em sítios geográficos de difícil acesso como sinal de resistência e de não aceitação as condições de vida e trabalho que eram submetidos, constituindo assim, comunidades livres. No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombola” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e parcialmente conhecidos pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras

formas de expressão cultural e tecnológica.

A **Fig. 03** mostra a distribuição espacial dos grandes quilombos existentes no Brasil entre os séculos XVII e XIX, assim como as áreas de concentração dessas organizações. É relevante destacar, também, a espacialização das ocorrências das principais revoltas e insurreições com participação de povos negros pulverizadas pelo país. Este documento cartográfico nos reafirma a dimensão territorial significativa das várias formas de resistências dos povos negros contra o sistema escravista existente no Brasil.

Mesmo passados 114 anos da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro têm se referido ao povo negro escravizado e aos quilombos sempre no passado, como se esses não fizessem mais parte da vida do país, Mesmo não sendo ainda assumida devidamente pelo Estado, a situação precária dos descendentes de quilombos no Brasil é uma das questões estruturais da sociedade brasileira, uma vez que, além da falta de visibilidade territorial e social, essa questão é agravada pelo absoluto esquecimento verificado na história e na geografia oficial.

1.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

O mapa temático da **Fig. 04** mostra distribuição da população negra no Brasil, segundo o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2000. Mesmo reconhecendo as questões problemáticas que envolvem os métodos de aferição da população brasileira, esse documento cartográfico mostra a extensão e o tamanho do contingente populacional registrado nas grandes

FIGURA 03

PRINCIPAIS QUILOMBOS E REVOLTAS COM PARTICIPAÇÃO DE POVOS NEGROS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO - SÉCULOS XVII / XIX

GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS



LEGENDA PRINCIPAIS SÍTIOS QUILOMBOLAS

 + DE 20.000 HABITANTES

 + DE 10.00 HABITANTES

 + DE 3.000 HABITANTES

 TERRITÓRIO DE GRANDE CONCENTRAÇÃO DE QUILOMBOS

PRINCIPAIS REVOLTAS E INSURREIÇÕES

 LOCAL APROXIMADO DA OCORRÊNCIA / MANIFESTAÇÃO

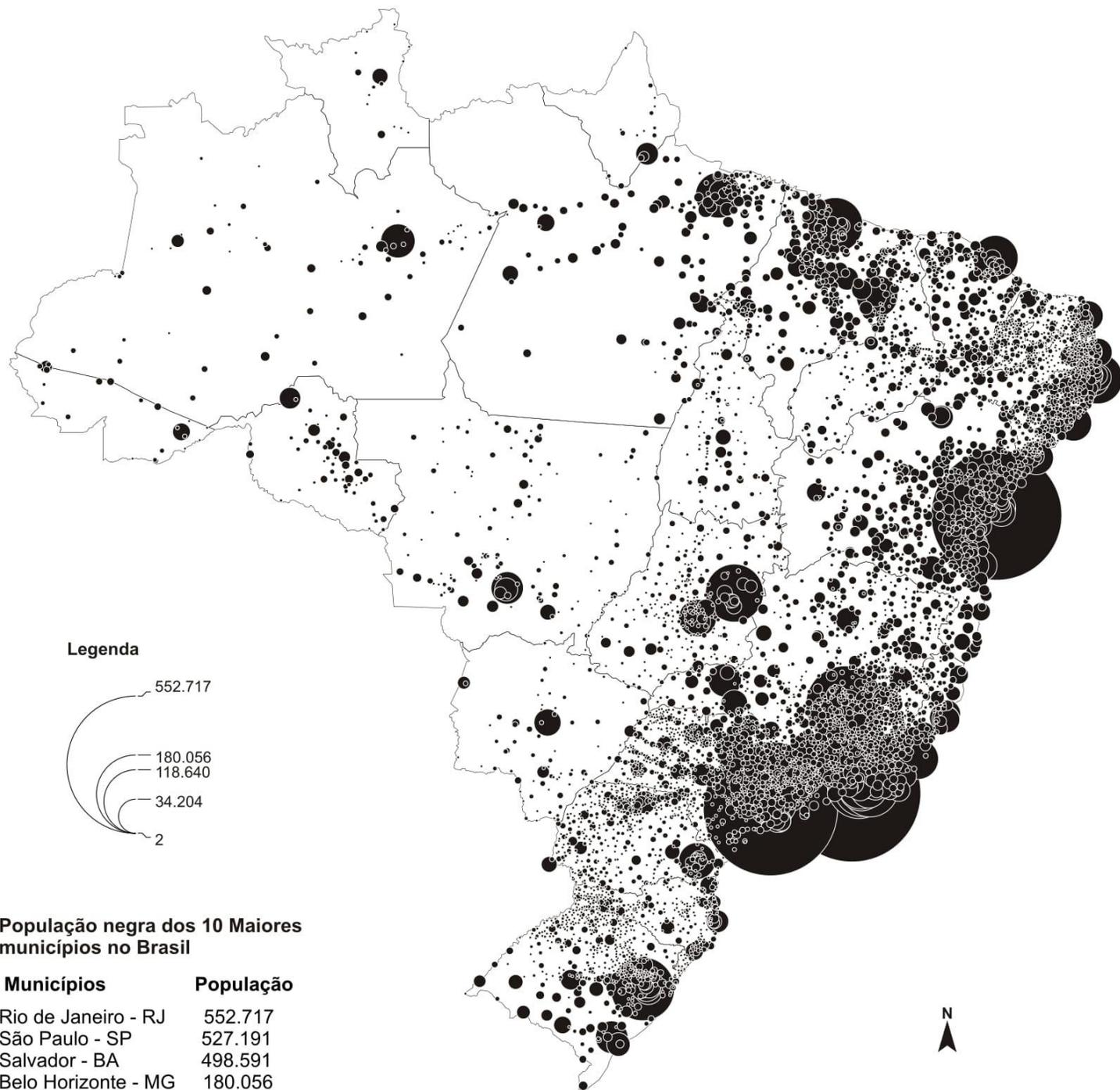
 DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL (1988)

0 255 Km
Projeção Policônica

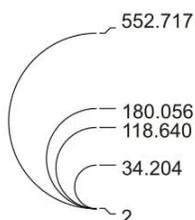


FIGURA 04

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NEGRA 2000



Legenda



População negra dos 10 Maiores municípios no Brasil

Municípios	População
Rio de Janeiro - RJ	552.717
São Paulo - SP	527.191
Salvador - BA	498.591
Belo Horizonte - MG	180.056
Porto Alegre - RS	118.640
Nova Iguaçu - RJ	116.776
Brasília - DF	98.462
Duque de Caxias - RJ	98.406
São Gonçalo - RJ	92.689
São Luís - MA	88.673

0 220 440
Quilômetros

PROJETO E ELABORAÇÃO:



Fundação Universitária de Brasília



Fonte: IBGE - Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000

Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

Elaboração: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da Universidade de Brasília (UNB). E-mail: ciga@unb.br Telfax: (61)272-1909 - Brasília - DF - 2004
Equipe Técnica: Coord. Prof. Rafael Sanzio / Geógrafos Alexandre Soares - Mônica Ramos - Suzana Rabelo - Thiago Lourençp / Geólogo: Paulo Fortes / Bolsistas: Talita e José Miguel.

metrópoles brasileiras; uma expressão significativa na faixa litorânea do país e segmentos bem definidos no interior do país. O Brasil é considerado a segunda maior nação negra do planeta (Abril, 2000), e é com relação a essa população que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação sócio econômica.

Entre os principais obstáculos criados pelo sistema ao desempenho da população negra na sociedade brasileira, podemos apontar a inferiorização desta no ensino; os contextos desprestigiados no trabalho e as dificuldades de ocupação formal do território. Se fizermos um corte direcionado para os remanescentes de quilombos do Brasil, vamos verificar que dentre as questões estruturais dessas comunidades está o problema da demarcação e titulação das suas terras e os aspectos relacionados a sua sustentabilidade ambiental, econômico e social.

O mapeamento dos registros das comunidades remanescentes de antigos quilombos realizado por Anjos (2000) revelou contextos regionais bastante distintos. A **Fig. 05** mostra o mapa temático com a distribuição geral no país (dados qualitativos e quantitativos) apontam alguns aspectos importantes, a saber: 1. Os remanescentes de antigos quilombos estão presentes, com exceção da Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Distrito Federal, em todas as unidades políticas. 2. A extensão territorial com início em Minas Gerais, passando pela Bahia, Maranhão e o Pará assume importância particular em razão da elevada concentração de registros. Na região Sudeste do país, o Estado de São Paulo destaca-se pelas ocorrências no Vale do Ribeira. 3. O Mato Grosso e o Rio Grande do Sul apresentam registros nas suas fronteiras com outros países, Bolívia e Uruguai, respectivamente. Esse fato espacial também indica uma possibilidade de ocorrência de remanescentes de antigos quilombos nesses países.

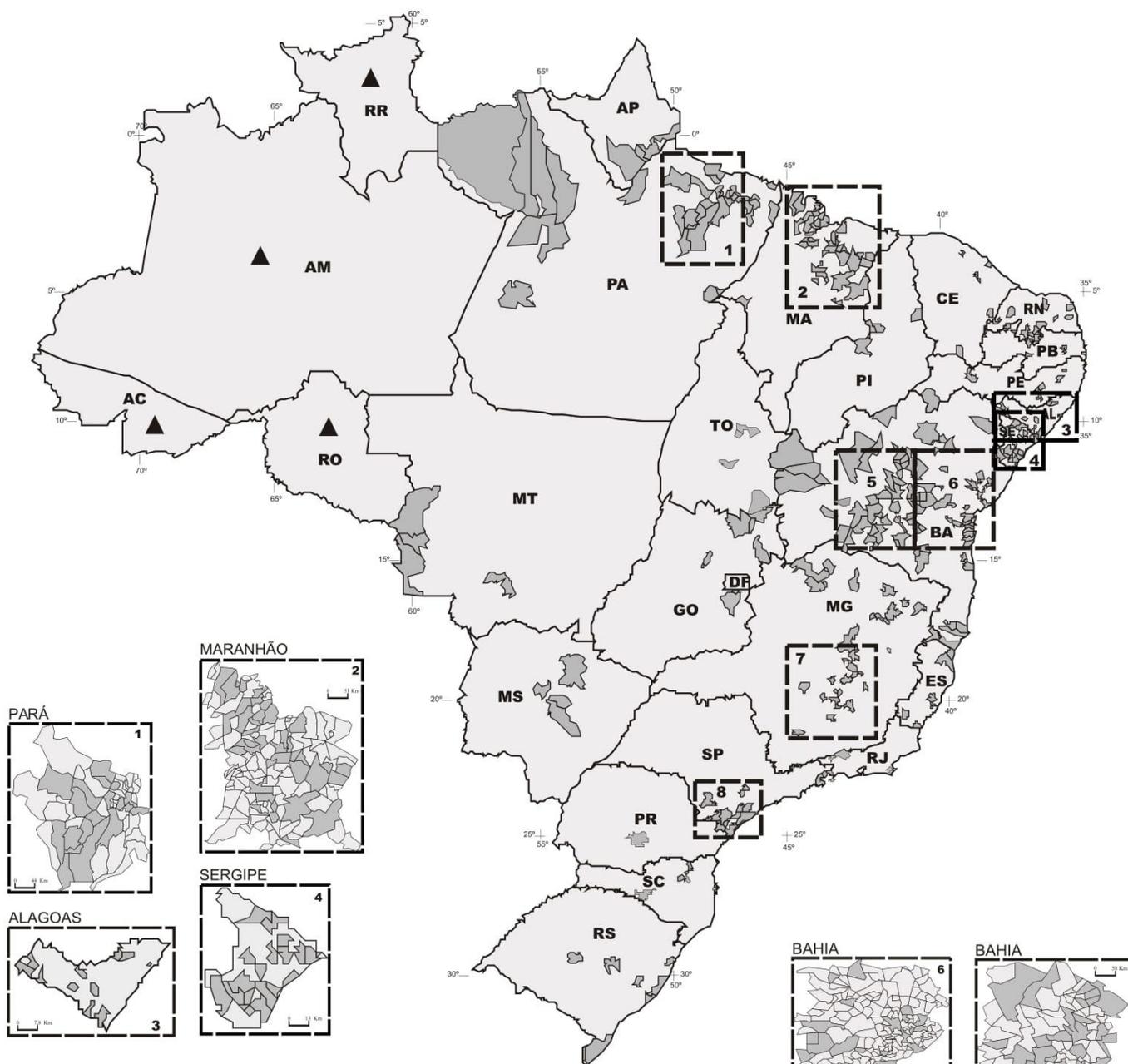
FIGURA 05

BRASIL

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS REMANESCENTES DE ANTIGOS QUILOMBOS POR MUNICÍPIO - 2000

PRIMEIRA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS

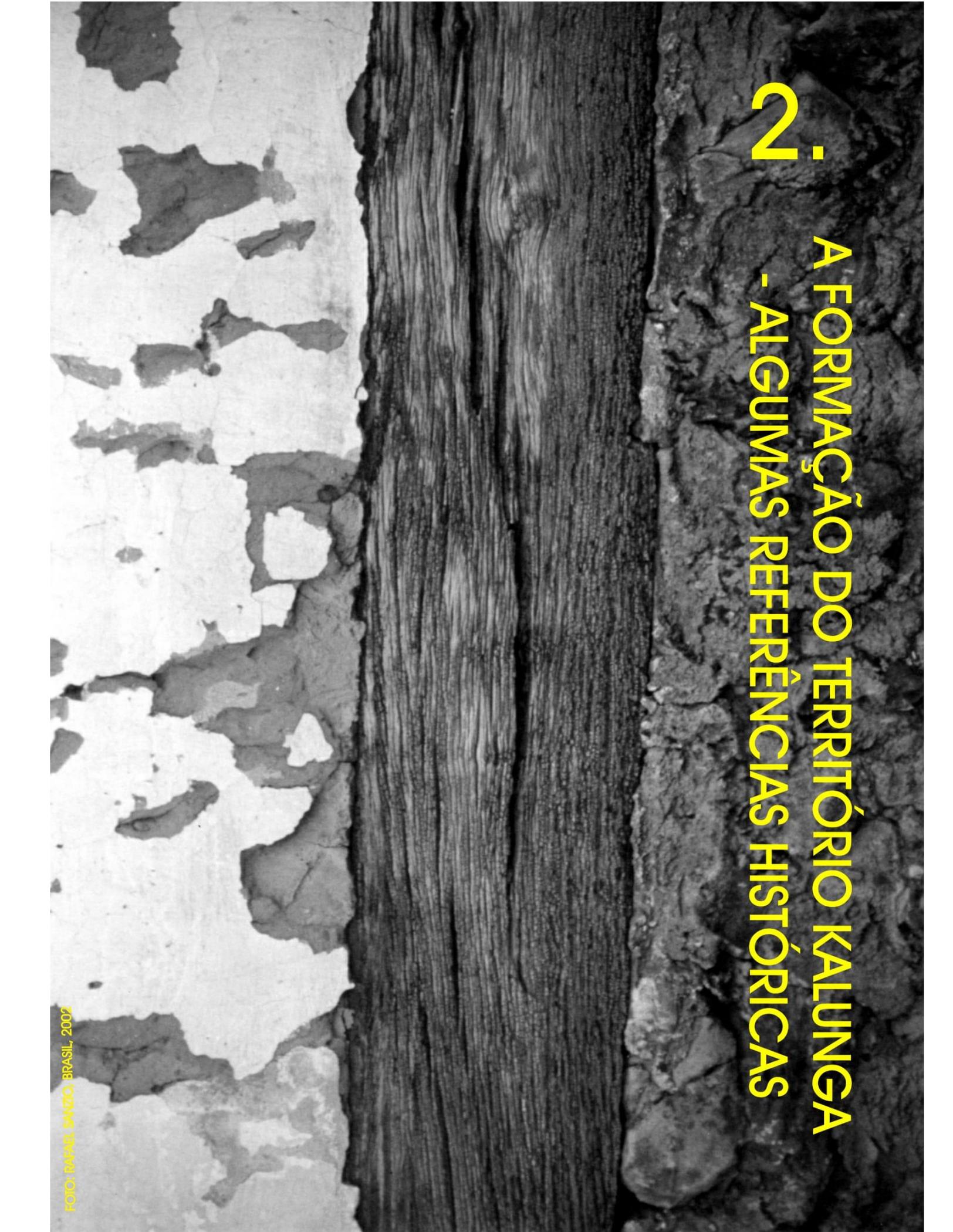


LEGENDA

- MUNICÍPIO COM OCORRÊNCIA DE REMANESCENTES DE ANTIGOS QUILOMBOS
- ÁREA DOS ENCARTES (DETALHE CARTOGRÁFICO)
- ESTADO SEM REGISTRO OFICIAL DE COMUNIDADE REMANESCENTE DE ANTIGO QUILOMBO E SEM INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

© Projeto Geográfico e Cartográfico by Geog. Rafael Sanzio A. dos Anjos - Projeto Geografia dos Remanescentes de Quilombos do Brasil.
 Brasília - DF, 1999. CREA 15604/D. Email: quilombo@unb.br
 © Base Cartográfica by IBGE 1997
 Apoio Técnico: Mapas Consultoria - BsB - DF. / Geog. Suzana Oliveira / Departamento de Geografia - Universidade de Brasília
 Fonte: ANJOS, R.S.A. Projeto Mapeamento dos Remanescentes de Quilombo no Brasil - Versão Preliminar. Fundação Cultural Palmares - MINC, BsB - DF, 1997 /
 Procuradoria Geral da República dos Estados do Brasil, 1998-1999 / Representações do Movimento Negro Unificado (MNU) e Entidades Negras Representativas do Brasil, 1998-1999.

Uma das questões políticas relevantes neste universo amplo de registros de comunidades remanescentes de quilombos, está relacionada ao número reduzido de territórios quilombolas efetivamente demarcados e titulados no país. Este fato nos evidencia, pelo menos, duas situações emergenciais: Primeiro, a necessidade de ampliação do conhecimento sobre a situação concreta da questão territorial de cada comunidade e, uma maior atenção do setor(s) decisório(s) para criar efetivamente as condições para acelerar o processo de reconhecimento, demarcação e titulação desses espaços. Isto porque, existe o risco, muito provável, se não forem tomadas as medidas cabíveis, de muitos desses territórios deixarem de existir pelas pressões do sistema sobre as áreas quilombolas.



2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA - ALGUMAS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

2. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA- ALGUMAS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

O estado de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, abriga vários dos remanescentes de quilombos do país, entre eles está o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, o qual havia sido notado na década de sessenta, além de alusões literárias escritas no começo do século XX (Baiocchi: 1999). Sua origem está para o ciclo do ouro, que levou á colonização deste estado. A ocupação de Goiás, dentro do projeto de dominação europeia, inicia-se no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Este processo de dominação e colonização teve início com o envio de um alto número de bandeirantes, com o objetivo de analisar e estudar a região, e, depois de confirmada a presença de ouro, de empresas mineradoras e de aventureiros em busca de uma riqueza rápida.

O movimento de expansão geográfica decorrente da lavra do ouro realizada no Brasil Central, segundo Silva, nunca foi analisado e, muito menos, discutido a decadência e o atraso fundado no racismo que marcaram essa região. Não se vincula a sua formação histórica com as demais partes do país, como é o caso da do Nordeste, a qual remete ao quilombo Kalunga através do Vale do São Francisco. O caráter da exploração por ciclos não fez com que o estado goiano fosse incluído no eixo Sudeste-Sul-Nordeste, no que concerne à questão do envio direto de escravos para o trabalho; fato que deixa para Minas Gerais toda a síntese do período de mineração. Qual é a relevância desse fato? Está na ignorância da população negra que lá ficou uma vez encerrada a atividade aurífera, e que assim permaneceu durante muitos anos até a construção de Brasília e o avanço da fronteira agrícola com a cultura de soja para o Centro-Oeste.

Essa atividade mineradora se estendeu numa área com mais de trezentos quilômetros quadrados, dando formação a quatro núcleos principais: Vila Boa (hoje Goiás), Meia Ponte (hoje Pirenópolis), os dois como centros polarizadores, Trairás e Crixás. A busca contínua deste metal foi, para as empresas mineradoras, uma corrida aos lugares que produzissem ouro em abundância e, após seu esgotamento, seu conseqüente abandono em busca de novos veios auríferos. O tipo de mineração predominante em Goiás foi a de cascalho, segundo denominação de Sainthilaire, que consistia na “*extração de ouro de aluvião depositado nas correntes de águas dos rios, córregos e ribeirões*” (idem, idem). A exploração dos morros e vales da região não foi de fato levada a cabo, devido à complexidade da tarefa. Este detalhe garantiu a primeira fase dos quilombos goianos nas áreas mais elevadas da região.

As minas do norte do estado, o qual abrange o atual Tocantins, possuíam jazidas maiores, mas, no entanto, e aí temos os fatores distancia e condições de transporte atuando, tinha a população mais rarefeita, com sítios mais esparçados. Os arraiais que surgiram foram: São João da Palma, Conceição, Natividade (ou seu nome antigo de São Luiz), Flores, Arrais, São Felix, Cavalcante, Maranhão, Água Quente, São José e Cachoeira, Pontal, Porto Real, hoje atual Porto Nacional e Pilar, aonde se instalou o quilombo mais combativo de Goiás, o Quilombo de Pilar.

O marco inicial do ouro em Goiás foi no arraial de Santana (pode ser escrito com a grafia de Sant’Anna), donde evoluiu para povoados adjacentes como Ouro Fino, Ferreiro, Barra e Santa Rita, assim como para Vila Boa que iria se estabelecer como capital e onde a sociedade colonial se instalaria.

A afluência de escravos para trabalharem nas minas foi regular, constante e de acordo com a demanda de braços para a mineração, a qual era alta em razão dos maus tratos e da carga de trabalho que os escravos tinham – trabalhavam nas lavouras para garantir sua alimentação e a dos seus empregados – o que reduzia seu “período de vida útil” e aliado a falta de reprodução dos mesmos (o número de mulheres era reduzido pela preferência por cativos do sexo masculino por causa da força braçal), mostrava a carência por mais comboios de negros para as minas. Nesse momento o tráfico negreiro começa a diminuir e há uma reestruturação da mão-de-obra do Nordeste, destaque para a Bahia, para as minas goianas.

Predominavam na região os de origem sudanesa, especialmente os “minas”, que possuíam experiência na mineração, que procediam da Bahia através dos ínvios sertões da região oriental desta Capitania. Outro grupo predominante era os bantos, procedentes do sul do continente africano, que afluíram para a área através do Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará e eram redistribuídos na área de mineração conforme as descobertas de metais preciosos iam se dando.

A opressão contra o escravo efetuava-se por meio de uma alimentação precária, de acomodações impróprias que não os protegia do frio ou das chuvas, aonde o uso da aguardente vai ser fundamental para curar a friagem. As fugas, em número expressivo, tiveram início durante o governo de Conde de Sarzedas, em 1732, quando o uso de aguardente foi suspenso. A cachaça era uma necessidade básica para a continua reprodução da sua força de trabalho, assim como, o salário o é para o operário, esta bebida lhes conferia esta condição para continuar a realizar o trabalho que lhe era imposto pela classe dominante.

O início do quilombismo goiano data do século XVIII apresentando um terreno propício para a formação dos mesmos por ser afastada dos centros administrativos, com uma população pequena e esparsa, e pelo tipo de terreno acidentado, serras e uma rica rede hidrográfica, favorecendo uma rota de fuga natural. A área da comarca do norte, por ser a mais afastada, cortada por rios caudalosos e entrecortada por serras, foi propícia para abrigar vários dos negros que conseguiram fugir dos maus tratos e da humilhação a que eram submetidos.

O número exato de quilombos nesta capitania é desconhecido, apenas sabe-se que eram numerosos, sendo formados por pequenos grupos, em sua maioria, mas segundo alguns documentos, existia um determinado número destes que eram formados por grandes grupos no interior do estado, conforme Vasconcellos & Salles descreveram em seu livro *Economia e Escravidão em Goiás colonial*, 1983:

“O primeiro grande quilombo assinalado situa-se próximo ao rio das Mortes em 1746, nos vastos campos e serras que separavam Minas Gerais dos Goyases, consta que mais de seiscentos fugitivos lá se concentravam, numa sociedade organizada com rei e rainha. Possuíam fortalezas de defesa e pelotões de ataques, saindo em batida nas fazendas para roubar e carregar lotes inteiros de negros ‘uns por vontade, outros sem ela’, à semelhança do que houve em Palmares em Pernambuco”.

O quilombo referido foi destruído em 1751 por Bartolomeu Bueno Prado. Em 1760, dom João Manoel de Melo, aponta alguns quilombos no vale do rio Paranã, onde se congregavam duzentos negros que estavam situados em regiões férteis e propícias á agricultura, em que promoveram roças e pomares. *“Diferente de outros quilombos goianos compostos apenas de homens adultos, esse tinha ‘crias’ ou seja, crianças que ali*

viviam”. Karasch, 1996. Provavelmente este seja o quilombo que deu origem ao seu remanescente Kalunga, esta época foi marcada pela exaustão dos veios auríferos, pois os descobertos novos são raros.

2.1 O QUILOMBO KALUNGA E O SÍTIO HISTÓRICO E CULTURAL

Segundo informações históricas relevantes no Relatório de identificação e Reconhecimento Territorial das Comunidades Kalunga, apresentada pela Fundação Cultural Palmares, em 1998, a localização inicial do quilombo não foi nos vales e vãos do rio Paranã e sim nas serras da região que ofereciam um obstáculos e uma proteção natural contra as forças repressivas: os capitães-do-mato, dos bandeirantes (que na realidade estavam atrás de novas terras e de riquezas minerais)e das nações independentes de índios de Goiás.

“As fontes do século sugerem que elas destruíram mais quilombos do que as bandeiras luso-brasileiras. Duas nações que frequentemente atacavam e destruíam os quilombolas eram os Xavantes (...) embora seguissem uma política ambígua em relação aos negros escravos e quilombolas, os Caiapós do sul e do oeste de Goiás guerreavam consistentemente contra colonos, escravos e quilombolas”,(Karasch, 1987).

A sua expansão, das áreas de serras para os vales, deu-se pelo aumento populacional e, por conseguinte, pelo esgotamento das minas e lavras de ouro da antiga comarca e a consequente migração dos arraiais para outras áreas do país nas últimas décadas do século XVIII, somando ao fato da criação de animais necessitarem de um terreno mais plano e que também, esta prática não interferisse na lavoura. Este é o mesmo período do registro

de sua localização por Dom Manoel de Melo, que destruiu o quilombo com “*mais de duzentos pretos fugidos, que já tinham bananais e roças*”.

A economia era baseada na agricultura de policultura e coletiva – plantavam mandioca, com a qual fabricavam a farinha, inhame, banana, entre outros vegetais- praticavam a caça e a pesca- fator responsável pela mobilidade espacial e por um novo arranjo territorial ao procurarem por novos trechos nos rios e de pontos na floresta para caça e coleta de animais, evitando com isso o desgaste do recurso- além da extração de mel, cera e plantas medicinais e da continuação da prática de extração aurífera, o qual trocavam na cidade por tecidos, ferramentas e querosene.

*“Desenvolveram-se a partir das continuas fugas das lavras das minas da região dos afluentes do Rio Paranã e do Tocantins no século XVIII, estas fugas se intensificaram, principalmente nas minas do arraiais de São João da Palma, Conceição, Natividade, Flores, Arraiais, São Félix e Cavalcante. Os escravos fugitivos iam se juntar aos quilombolas da Serra Geral, incrementando então a população do quilombo no processo de formação da comunidade Kalunga, a sua cultura foi sendo construída em função do espaço geográfico conquistado e de seu relacionamento com povos indígenas que também habitavam aquela região e inicialmente sem vias de comunicação optaram por um isolacionismo”*FCP,1998.

Hoje o que acontece com a comunidade Kalunga é o mesmo que se vê nos demais remanescentes espalhados pelo país: violência promovida pelos fazendeiros locais, grileiros e invasores de terra, insegurança do que pode lhes acontecer, a falta de garantia de acesso, seja a hospitais e aos municípios, adjacentes; analfabetismo, a fuga, ao invés, da saída para os centros urbanos á procura de empregos e melhores salários, mas sem uma qualificação real, garantem-lhes empregos subalternos e moradias em locais

de pouca infraestrutura. É a continuação do negro na sociedade brasileira que não se insere por falta dos meios necessários, aumentando a pobreza que se funda com a modernidade em um tecido complexo que dá origem a uma “estrutura híbrida, ambivalente e instável, porém pouco dinâmica” (Becker, 1998, p.170).

É o trabalho realizado dentro da comunidade, a princípio, que leva a continuação desse não preparo do negro para o mercado de trabalho. De fato, a vida mudou muito pouco para os Kalungas, o modo de se plantar e criar filhos variou quase nada. A infra-estrutura tem alterações com a introdução da luz elétrica, e isto apenas para algumas casas, água encanada e alguns casas que foram construídas de alvenaria. A ida periódica até aos municípios para a compra e venda de produtos, o uso de postos de saúde e escolas para cursar as séries mais avançadas, porque na comunidade as séries vão até a quarta série, remete a questão de transporte, da infraestrutura para circulação de pessoas e mercadorias, pois algumas localidades não possuem nem estradas de acesso quanto mais meios de transportes adequados para servirem a seus membros.

“A organização espacial das redes de circulação de mercadorias, distribuição de energia elétrica e de telecomunicações constitui um indicador, mesmo que superficial, dos efeitos do processo de modernização sobre o território, na medida em que foram transformadas estruturas espaciais pretéritas e construídas novas formas adequadas ao processo de produção e gestão da empresa capitalista em sua fase avançada” (Idem, p. 196-197).

Não se pode acenar com a possibilidade de um futuro com melhor infraestrutura, significado de mais comodidade num sentido de conforto para os Kalungas, se isso não será realizado de forma completa e a

consequência direta é não articulação desse espaço com os demais que lhe sejam vizinhos dentro de uma rede de fluxos, pode-se concluir então, que não se exige desse espaço uma nova configuração espacial. Isto decorre, segundo Becker a partir de sua análise da complexa realidade brasileira, de acordo com duas vertentes básicas. A primeira é a superação da estrutura dual, a tradicional com a moderna, como freio ao desenvolvimento econômico e a difusão do progresso, através do conceito de “heterogeneidade”. Esta leva a segunda vertente, a síntese vertente, a síntese contraditória de espaços e tempos díspares a partir de instrumentos políticos, no qual o Estado assume papel central. Nesse momento é que entram os projetos educacionais, habitacionais e de saúde, mas sem levar em conta as unidades produtivas da comunidade e nem de sua articulação com os demais espaços produtivos da região.

As relações de poder procuram ser assim efetuadas de fora pra dentro e não ao contrário, o que permite uma manipulação desse espaço e de seus agentes, pois o que lhes deveria conceder poder, o título de propriedade da terra, ainda não foi efetuado. Daí pode-se citar Foucault com a sua preocupação com o poder exercido por meio do conhecimento.

“(...) Só há conhecimento sob a forma de um certo número de atos que são diferentes entre si e múltiplos em sua essência, atos pelos quais o ser humano se apodera violentamente de um certo número de coisas, reage a um certo número de situações, lhes impõe relações de força. Ou seja, o conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado” (Foucault, 2002, p.25).

A pilhagem de seu território ocasiona a expropriação e a mobilidade da força de trabalhos deles, segundo Becker, ocorre uma quebra na relação com o espaço construído e transforma a busca de um lugar em uma

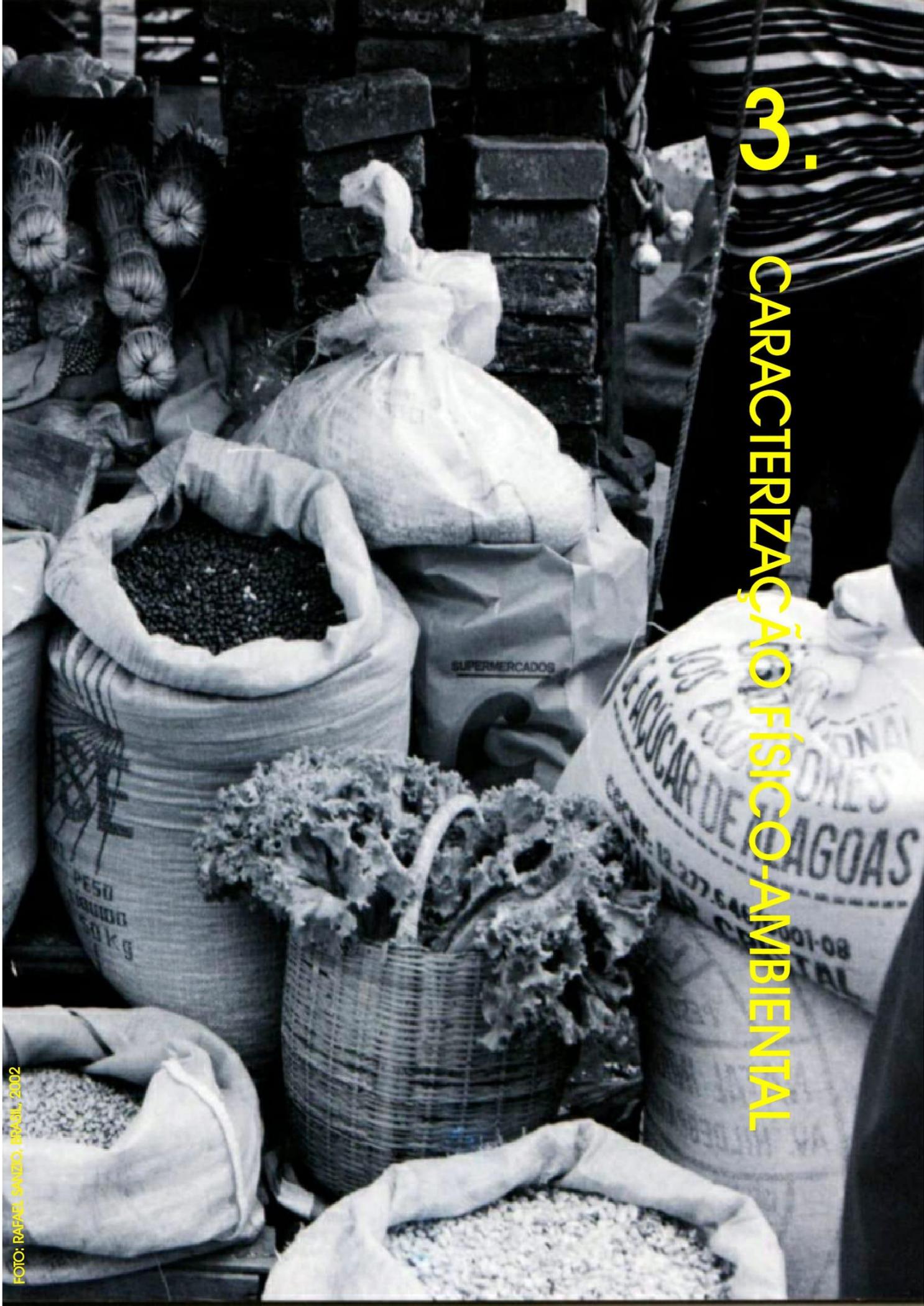
exigência básica de grande parte da população. Esses movimentos acentuam a fragmentação espacial e manifesta-se no plano cotidiano vivido do homem, revela-se através da “*dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, na vida familiar e social bem como na sua relação com novos objetos*” (Carlos, 1996, p.55), com isso produz-se um outro movimento de atração-repulsão da comunidade de sua localidade e para daí os membros mais jovens irem para as áreas urbanas em busca do sonho de melhores condições de vida, dissolvendo antigos modos de vida e relações entre pessoas.

“Apropriamo-nos dos espaços antigos de maneiras bem modernas, tratando o tempo e a história como algo a ser criado, em vez de aceito. O mesmo conceito de, digamos ‘comunidade’ (como entidade social criado no espaço através do tempo) pode esconder diferenças radicais de sentido porque os próprios processos de produção da comunidade divergem notavelmente de acordo com as capacidades e interesses de grupo. Mas o tratamento das comunidades como se fossem comparáveis entre si (por digamos, um órgão de planejamento) tem implicações materiais a que as práticas sociais das pessoas que nelas vêm têm de responder” (Harvey, 1992, p. 190).

As ambiguidades espaciais dos remanescentes não são consideradas além de uma questão de sua espacialização no território nacional, há sim uma exaltação de sua formulação temporal que remonta a uma herança africana do Brasil escravocrata, mas sem atinar para o fato de que “*sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente ‘naturais’ a cerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidade, de contradição e de luta*” (idem, idem).

3 CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL

FOTO: RAFAEL SANDO, BRASIL, 2002



3. CARACRERIZAÇÃO FÍSICO – AMBIENTAL

A área de estudo está contida, predominantemente, na região nordeste do estado de Goiás (GO), ocupando parte dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás e Nova Roma, e, subordinadamente, na região sudeste do estado de Tocantins, abrangendo parte do município de Arraias. A sede municipal mais próxima da maioria das comunidades é a cidade de Cavalcante, no município homônimo, acessada pelas rodovias pavimentadas BR-020, GO-118 e GO-241, partindo de Brasília (DF) situada aproximadamente a 320 km. A **Figura 06** mostra a estrutura dos municípios formadores do território Kalunga. Nesta peça gráfica é possível localizar o estado de Goiás no contexto brasileiro e os municípios formadores do Sítio Histórico e Cultural Kalunga.

3.1 O CLIMA E O BALANÇO HÍDRICO DA REGIÃO

O território Kalunga insere-se na zona de transição entre os domínios climáticos úmidos das florestas tropicais da região amazônica e os domínios semiáridos da caatinga da região nordeste brasileira. De acordo com a classificação de Köppen, situa-se entre os tipos “tropical de savana” e “temperado chuvoso de inverno seco”, e é caracterizado pela existência bem marcada de duas estações:

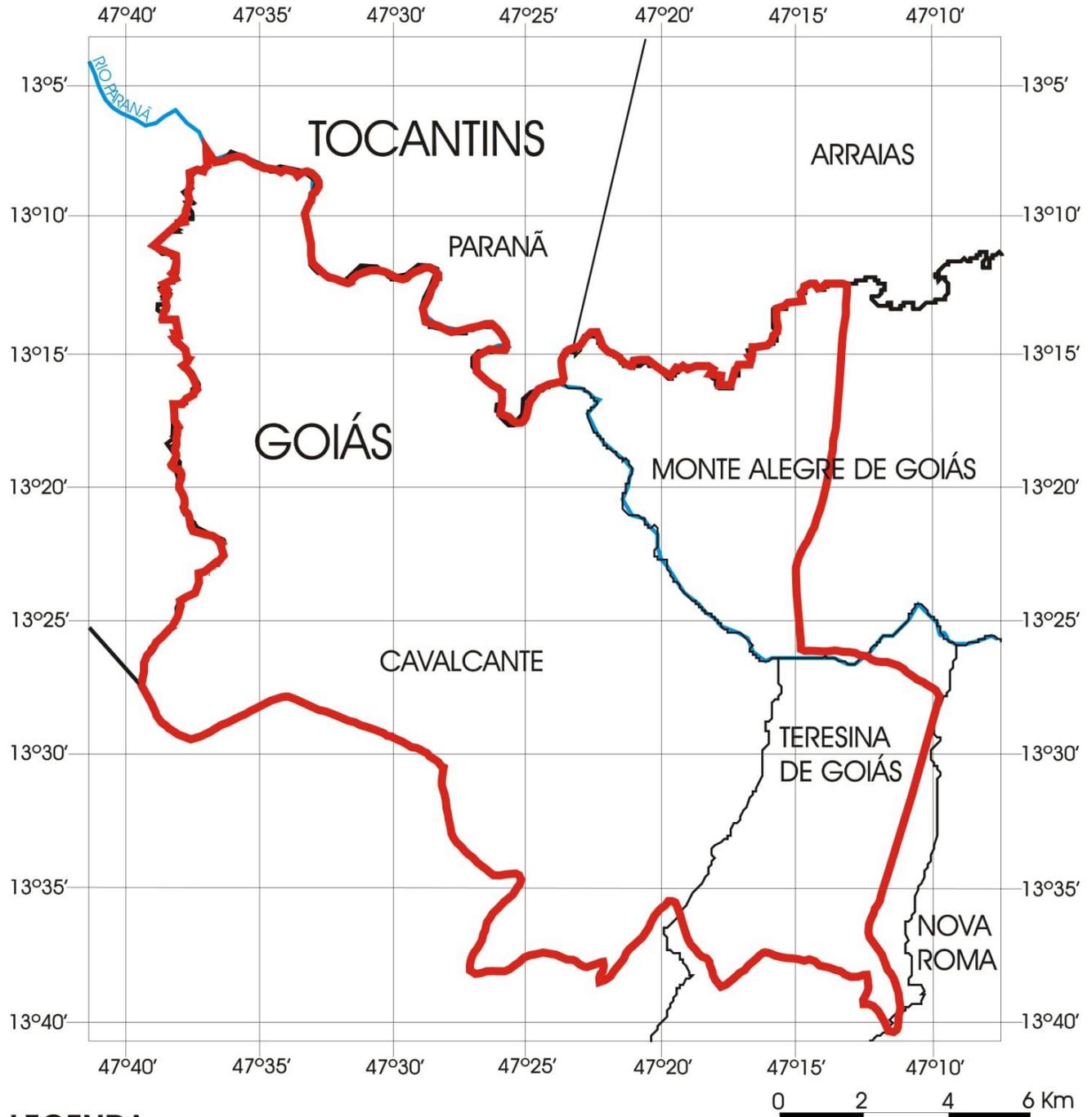
- chuvosa e quente: entre os meses de outubro a abril, aproximadamente nas estações de primavera e verão, e
- seca e fria: de maio a setembro, nas estações de outono e inverno.

Se, por um lado, a circulação atmosférica assegura certa homogeneidade climática, o relevo, com suas fortes variações de altitude,



PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIGURA 06 MAPA DOS MUNICÍPIOS



LEGENDA

FRONTEIRA DOS MUNICÍPIOS

FRONTEIRA DOS ESTADOS

LIMITE DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

LOCALIZAÇÃO DO BRASIL NO MAPA-MUNDI



A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS



MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

PROJETO E APOIO:



FUBRA
Fundação Universitária de Brasília

ELABORAÇÃO:



acima de 1.200 m e abaixo de 500 m, leva à diversificação térmica que resulta em heterogeneidade climática.

Assim, os tipos climáticos são classificados, principalmente, com base nas variações de temperatura, diretamente relacionadas às diferenças de altitude, permitindo a definição dos seguintes microclimáticas:

- tropical com duas estações bem marcadas (Aw): com clima de savana, temperatura do mês mais frio superior a 18°C, ocorrendo nos locais com altitudes abaixo de 1.000 m;
- tropical de altitude (Cwa): com mês mais frio apresentando temperatura inferior a 18°C, média superior a 22°C no mês mais quente, abrangendo áreas com altitudes entre 1.000 e 1.200 m, e
- tropical de altitudes (Cwb): com mês mais frio apresentando temperatura inferior a 18°C, media inferior a 22°C no mês mais quente, ocorrendo em áreas com altitudes superiores a 1.200 m.

As temperaturas médias mensais e anuais nas regiões de relevo mais alto podem ser até 5°C inferiores com relação às regiões de relevo mais baixo e é nos meses de primavera que são registradas as máximas térmicas, ligeiramente reduzidas nos meses de verão e outono em função das chuvas e nebulosidade e sensivelmente reduzidas nos meses de inverno. A media pluviométrica anual situa-se entre 1.300 e 1.600 mm, alcançando em janeiro o seu maior índice pluviométrico, em torno de 250 mm, enquanto em julho atinge a média mensal total mais baixa, cerca de 25 mm.

Destaca-se a possibilidade de ocorrência, com grande irregularidade temporal e de frequência, de “veranico”, caracterizado por período seco embutido na estação chuvosa que pode perdurar por uma a quatro semanas sem chuvas, geralmente, no mês de janeiro. A maior intensidade de precipitação média anual, em torno de 1.600 mm, ocorre sobre os relevos

mais altos, enquanto as áreas mais baixas têm menor precipitação média anual, de cerca de 1.300 mm.

O balanço hídrico revela que a evapotranspiração potencial, que indica o volume de água teoricamente necessário para que a vegetação mantenha sua força e verdor durante todo o ano, apresenta altos índices variando de 1.300 a 1.500mm e concentrados de novembro a março.

O excedente hídrico, que representa a quantidade de água da chuva não infiltrada no solo, utilizada ou evapotranspirada por plantas e, portanto, incorporada diretamente à rede de drenagem, apresenta valores com média anual de 500 a 600 mm e durante quatro ou cinco meses por ano.

A deficiência hídrica, que é a diferença entre a evatranspiração potencial e real e reflete a falta de água no solo durante o período seco, tem valores com média anual entre 300 e 400 mm e durante três a quatro meses por ano.

3.2 AS UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS E A HIDROGRAFIA

Geomorfologicamente, a região situa-se, predominantemente, nos domínios Planalto Central Goiano, Depressão do Tocantins e Aluvionar (ver a **Figura 07**):

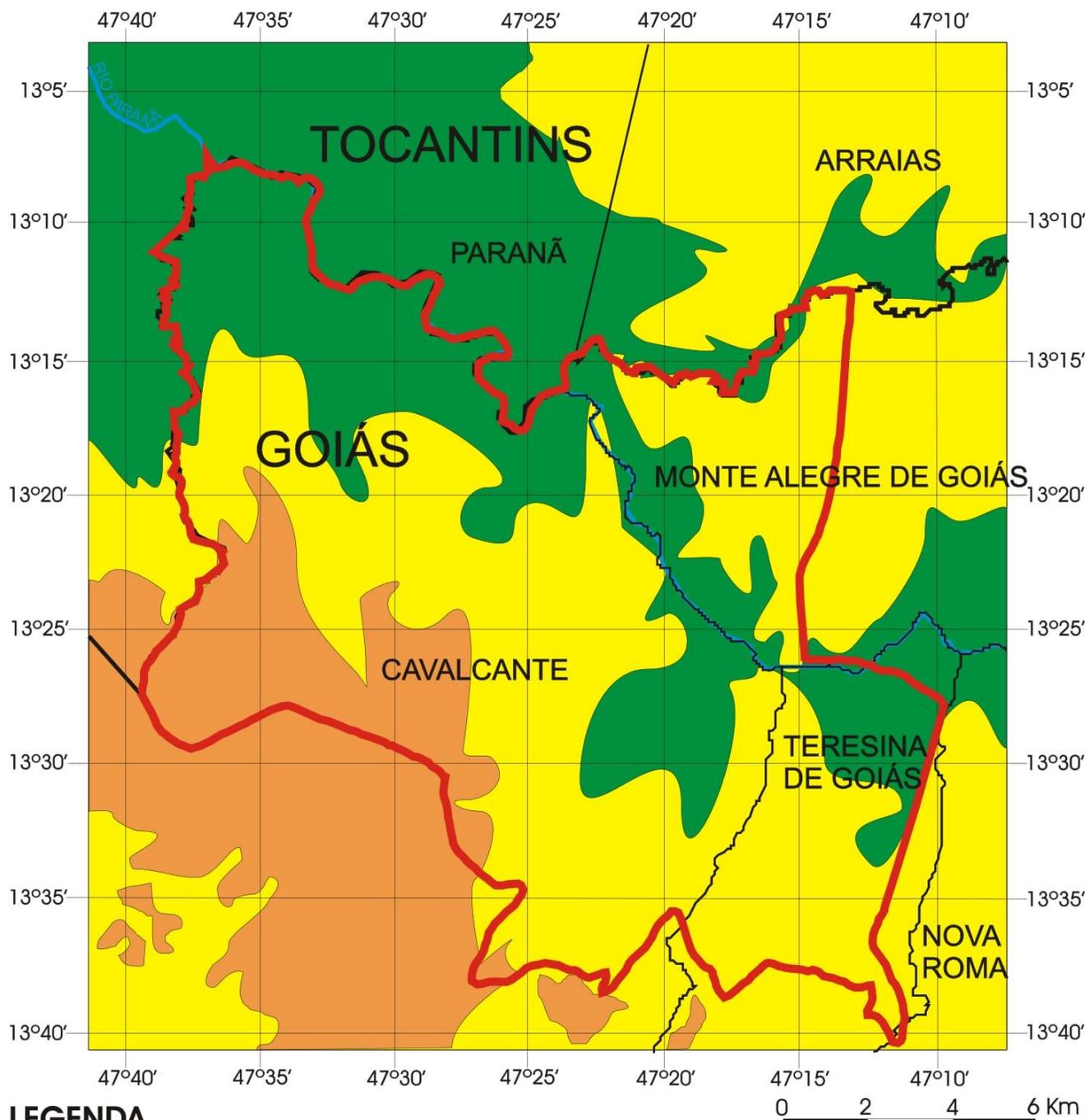
-Domínio Planalto Central Goiano: enquadra-se no subdomínio Complexo Montanhoso Araí-Nova Roma-Veadeiros, caracterizados por grande complexidade de formas de relevo, representado por serras, colinas, chapadas, planos inclinados e terrenos dissecados, com altitudes de 1.000 a 1.400 m,

- Domínio Depressão do Tocantins, enquadrada nos subdomínios:



PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIGURA 07 MAPA DA GEOMORFOLOGIA



LEGENDA

- DOMÍNIO ALUVIAR**
VÁRSEAS E TERRAÇOS ALUVIARES
- DOMÍNIO DEPRESSÃO DO TOCANTINS**
SUBDOMÍNIO PEDIPLANO DO TOCANTINS (VALE DE CAVALCANTE-PARANÃ-AUROMINAS)
SUBDOMÍNIO DEPRESSÕES INTERMONTANAS (VÃO DE ALMAS)
- DOMÍNIO PLANALTO CENTRAL GOIANO**
SUBDOMÍNIO COMPLEXO MONTANHOSO ARAÍ-NOVAROMA-VEADEIROS-SERRAS, COLINAS E CHAPADAS

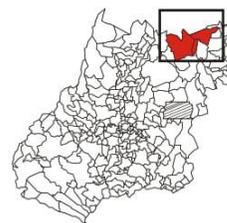
LOCALIZAÇÃO DO BRASIL NO MAPA-MUNDI



A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS



MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

PROJETO E APOIO:

FUBRA
Fundação Universitária de Brasília

ELABORAÇÃO:


=> Pediplano do Tocantins (Vale de Cavalcante-Paraná-Aurominas): relevo pediplanizado com altitudes de 400 a 1.000 m;

=> Depressões Intermontanas (Vão de Almas): áreas entalhadas e rebaixadas embutidas no Complexo Montanhoso Araí-Nova Roma-Veadeiros com altitudes de 400 a 500 m; e

- Domínio Aluvionar (Várzeas e Terraços Aluviais): ao longo dos principais rios da região, sujeitas a inundações e com altitudes de 300 a 800 m.

A hidrografia influencia fortemente a distribuição das comunidades Kalunga, especialmente situadas próximas aos rios Paraná, da Prata, Corrente, das Almas e Córrego dos Bois, além de definir limites estaduais e municipais:

- a norte, pelos rios Paraná e Bezerra, sendo que algumas comunidades ultrapassam estes limites, localizando-se então no estado de Tocantins;

- a oeste, pelo Córrego do Ouro e Rio da Prata;

- a leste, aproximadamente, pelos córregos dos Bois e Buriti e.

- a sul, aproximadamente, pelo divisor de águas dos rios Corrente e Maquiné.

A **Figura 08** mostra as principais bacias de drenagem e elementos hidrográficos do território Kalunga.

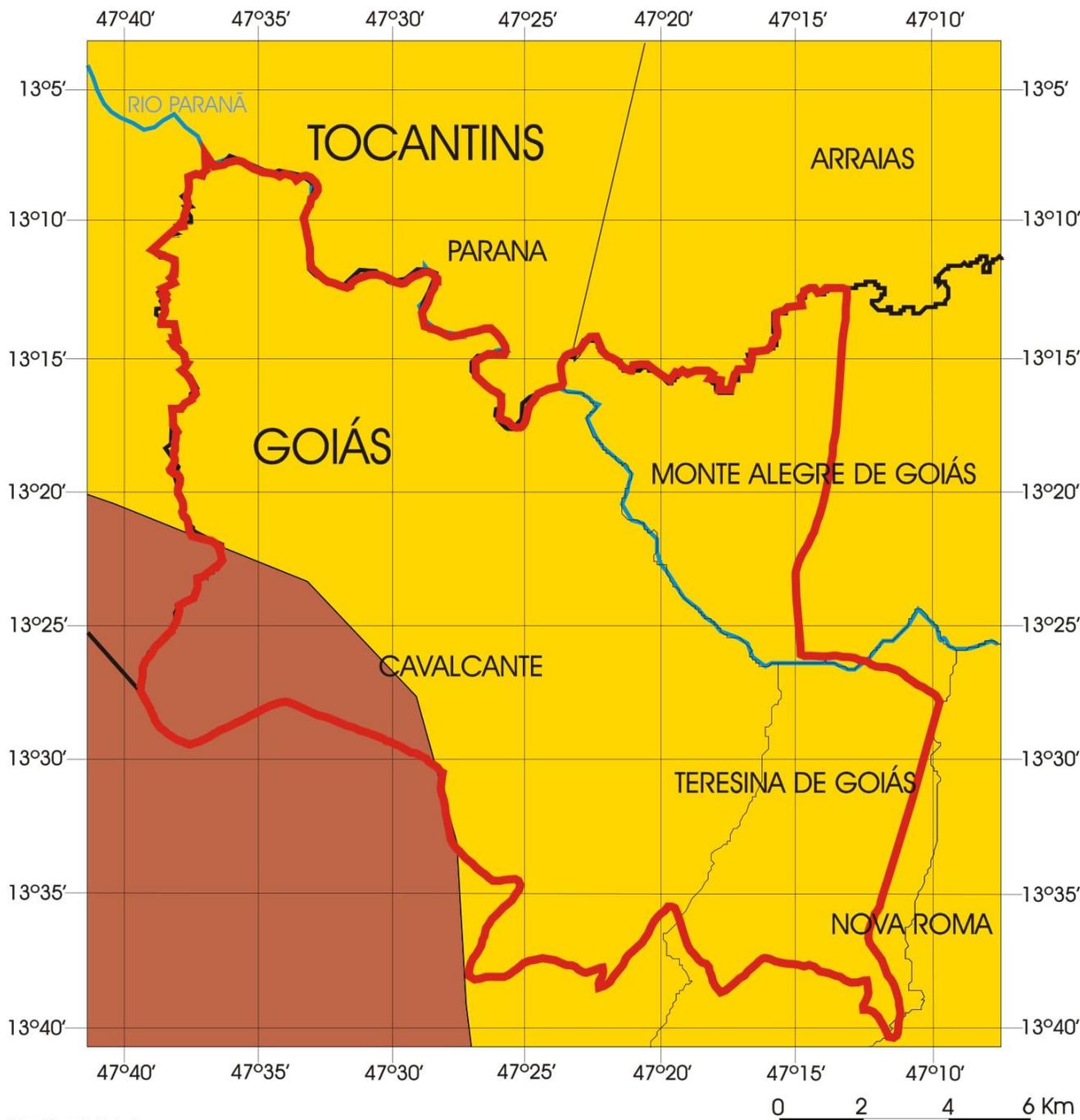
3.3 A COBERTURA VEGETAL DA REGIÃO

A vegetação natural (sistema primário) da região é representada por três regiões fitoecológicas: Savana (Cerrado), Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, subdivididas nas seguintes unidades:



PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIG. 08 MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS



LEGENDA

-  BACIA DO RIO TOCANTINS
-  BACIA DO RIO PARANÁ

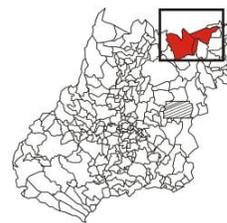
LOCALIZAÇÃO DO BRASIL NO MAPA-MUNDI



A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS



MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



 LIMITE DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

PROJETO E APOIO:



ELABORAÇÃO:



- Savana (Campo Limpo, Campina e Campo Inundável): formações campestres sem cobertura arbórea e predominância de gramíneas, com cobertura arbórea em matas de galeria que acompanham os principais curso d'água;
- Savana Parque (Parque Cerrado, Cerradinho, Campo Rupestre e Campo Sujo): formações campestres com raras árvores e arbustos de porte inferior a 5 m de altura, cobertura gramínea e cobertura arbórea em matas de galeria que acompanham os principais curso d'água;
- Savana Arborizada Aberta (Cerrado e Campo Cerrado) e Arborizada Densa (Cerradão); formações campestres, respectivamente, com arvores de 5 m de altura esparsamente distribuídas e com arvores de 10 m de altura e distribuição média, e cobertura arbórea em matas de galeria que acompanham os principais curso d'água;
- Floresta Estacional Semidecidual Submontana: formação florestal em encostas e planaltos com altitude limitada a 600 m e existência de submatas de arbustos, com espécies que perdem até 50% de suas folhas no auge do período seco;
- Floresta Estacional Decidual Submontana: formação florestal em encostas e planaltos com altitude limitada a 600 m, com espécies que mantém mais de 50% de suas folhas no auge do período seco e
- Contato Savana/Floresta Estacional: áreas de tensão ecológica.

Todos os tipos de savana encontraram-se intensamente alterados ou destruídos, com substituição por vegetação antrópica (sistema secundário), especialmente aquelas relacionadas a atividades agrícolas com fins pecuários.

As formações florestais encontram-se parcialmente alteradas por atividades antrópicas como extração seletiva de espécies e, principalmente,

substituição por pastagem. Esses padrões de cobertura vegetal encontram-se representados graficamente na **Figura 09**.

3.4 TIPOS DE SOLOS OCORRENTES

Os tipos de solo predominantes são classificados como latossolos, cambissolos, solos podzólicos, terras roxas estruturadas, solos litólicos, lateritas hidromórficas, solos concrecionários lateríticos e solos arenoquartzosos profundos (ver a **Figura 10**):

-latossolos: vermelho-escuros e vermelho-amarelos, ocupam áreas aplainadas, possuem caráter álico e distrófico (saturação por alumínio superior ou inferior a 50%) e muito baixa fertilidade natural, são muito profundos, acentuadamente bem drenados, têm textura argilosa à média, horizonte A moderado a fraco, horizonte B latossólico, com moderado potencial agrícola;

- cambissolos: ocorrem em áreas com relevo variando de plano a fortemente ondulado, têm caráter álico e distrófico, são porosos, bem acentuadamente drenados, pouco profundos a profundos, apresentam textura argilosa à média, horizonte A moderado, podendo ser ou não concrecionários, cascalhentos e pedregosos, com baixo potencial agrícola;

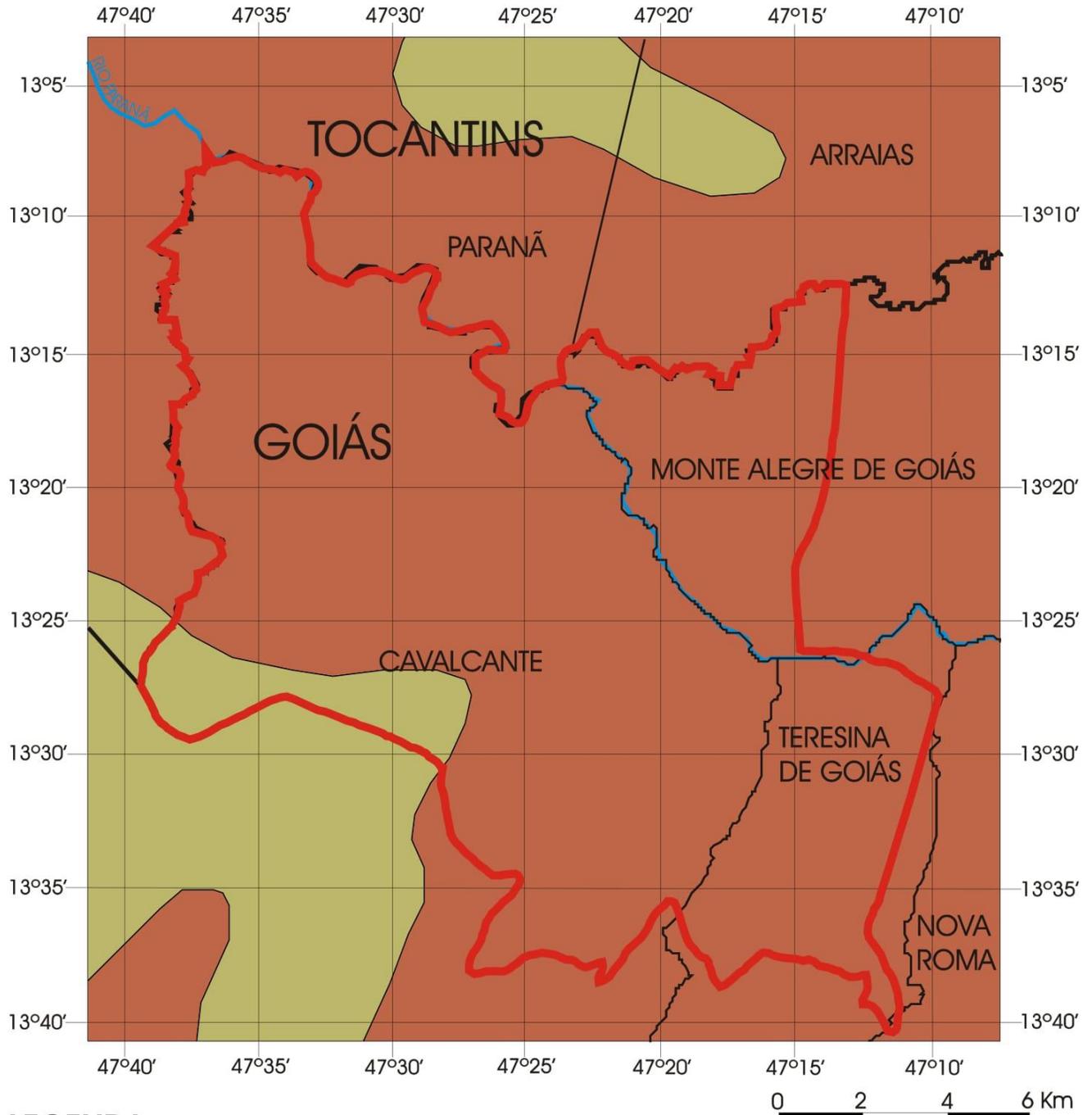
- solos podzólicos: Vermelho-escuros e vermelho-amarelos, ocorrem em áreas de relevo plano a ondulado, têm caráter distrófico a eutrófico (saturação por bases igual ou superior a 50%), são profundos, bem drenados, textura argilosa a muito argilosa, horizonte A moderado, horizonte B bem estruturado, com maior potencial agrícola;

- terras roxas estruturadas: ocorrem em áreas de relevo plano a ondulado, têm caráter distrófico a eutrófico (saturação por bases igual ou superior a



PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIG. 09 MAPA DA COBERTURA VEGETAL



LEGENDA

-  CAMPO CERRADO
-  UNIDADE AMBIENTAL

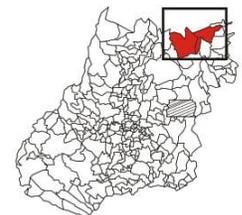
LOCALIZAÇÃO DO BRASIL NO MAPA-MUNDI



A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS



MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

PROJETO E APOIO:



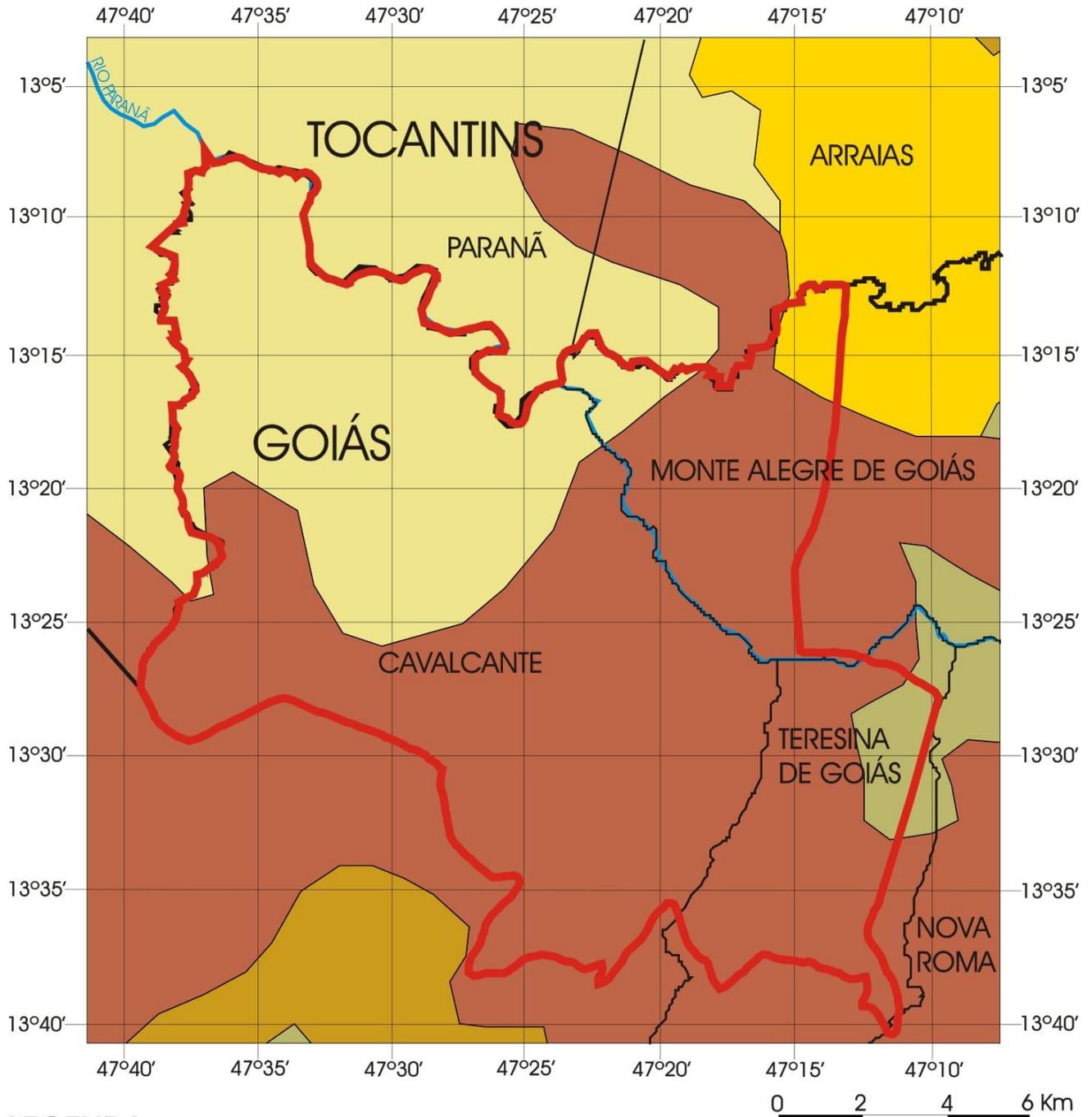
ELABORAÇÃO:





PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIG. 10 MAPA DOS TIPOS DE SOLOS



LEGENDA

-  CAMBISSOLOS
-  LATERITAS HIDROMÓRFICAS
-  LATOSSOLOS
-  CONCRECIONÁRIOS LATERÍTICOS
-  SOLOS LITÓLICOS
-  SOLOS PODZÓLICOS
-  LIMITE DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

LOCALIZAÇÃO DO BRASIL NO MAPA-MUNDI



A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS



MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

PROJETO E APOIO:



ELABORAÇÃO:



50%), são profundos, bem drenados, textura argilosa a muito argilosa, horizonte A moderado, horizonte B bem estruturado, com maior potencial agrícola;

- solos litólicos: ocorrem em áreas de relevo plano a escarpado, possuem caráter álico e distrófico, são rasos, textura arenosa a argilosa com horizonte A fraco, frequentemente associados aos cambissolos e afloramentos rochosos, com muito baixo potencial agrícola;

- laterais hidromórficas e solos concrecionários lateríticos: ocorrem em áreas de relevo plano a suave ondulado, têm caráter álico e distrófico, são rasos a profundos, têm textura muito variável, argilosa a cascalhenta, muito material grosseiro de forma e tamanho variáveis, acentuadamente drenados, horizonte A fraco a moderado, com muito baixo potencial agrícola; e

- solos areno-quartzosos profundos: ocorrem nas planícies de inundação dos principais rios e afluentes, são profundos a muito profundos e possuem caráter eutrófico, com potencial agrícola restrito e sazonal.

3.5 FORMAÇÃO GEOLÓGICA, OS RECURSOS MINERAIS E O POTENCIAL MINERAL

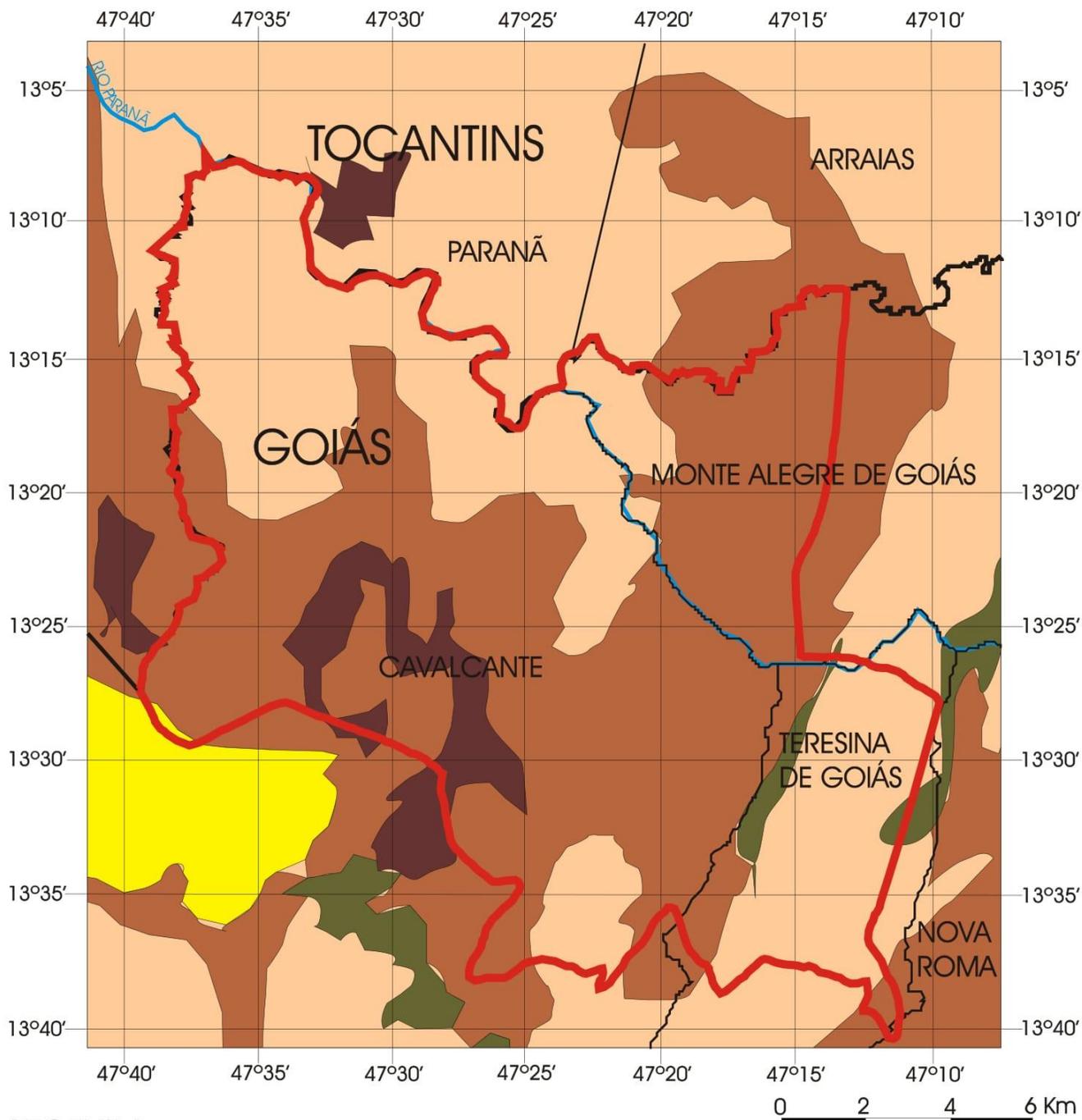
A região situa-se geologicamente na Província Estrutural Tocantins, porção norte da Faixa de Desdobramentos e Cavalgamentos Brasília, e Província Estrutural São Francisco, porção sul, com predomínio de rochas pré-cambrianas (Paleo a Neoproterozóico: 2,5 a 0,5 Ba) e sedimentos inconsolidados fanerozóicos (2 a 1 Ma) subordinadas (ver a **Figura 11**).

A Formação Ticunzal, de idade duvidosamente paleoproterozóica (2,5 a 2,3 Ba), é representada por xistos grafitosos milonitizados, quartzoxistos e mica-xistos grafitosos, correspondendo a ambiente marinho restrito,



PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIG. 11 MAPA DA ESTRUTURA GEOLÓGICA

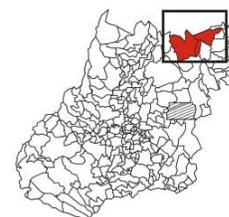


LEGENDA

- COBERTURA DETRITO-LATERÍTICA - SEDIMENTOS LATERÍTICOS
- GRUPO PARANOÁ - ROCHAS METAMÓRFICAS
- GRUPO SERRA DA MESA-SERRA DOURADA - ROCHAS METAMÓRFICAS
- GRUPO ARAÍ - ROCHAS METAMÓRFICAS
- GRUPO CANABRAVA - ROCHAS METAMÓRFICAS
- COMPLEXO ALMAS-CAVALCANTE - ROCHAS ÍGNEAS E METAMÓRFICAS
- FORMAÇÃO TICUNZAL - ROCHAS METAMÓRFICAS

A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS

MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



PROJETO E APOIO:



ELABORAÇÃO:



FONTE: ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE. RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

com contribuição vulcânica subordinada. Os terrenos granito-gnáissicos paleoproterozóicos (2,3 a 2,0 Ba) ocorrem nas regiões de relevo mais arrasado, ou seja, de mais baixas altitudes, correspondem ao Maciço Central Goiano, representado pelo Complexo Almas-Cavalcante.

O Complexo Canabrava consiste de rochas magmáticas máfico-ultramáficas plutônicas, paleoproterozóicas (2,0 a 1,9 Ba) metamorizadas, enquanto a Seqüência Palmeirópolis corresponde a rochas vulcanossedimentares mesoproterozóicas (1,4 a 1,2 Ba), corresponde a uma seqüência de rochas metamórficas como meta-conglomerados, quartzitos, mica-xistos, metassilito e mármore, de origem predominantemente sedimentar e subordinadamente vulcânica, associada a ambiente marinho plataformal.

O Grupo Serra da Mesa, de idade mesoproterozóica (1,6 a 1,4 Ba), consiste de rochas metamórficas representadas por quartzitos, quartzo-mica xistos e xistos grafitosos, de origem sedimentar predominantemente detrítica e associadas a ambiente marinho distal. Localmente, ocorrem intrusões de granitos estaníferos anorogênicos, de idade paleomesoproterozóica (1,8 a 1,6 Ba), tanto no Complexo Granito-Gnáissico como nos grupos Araí e Serra da Mesa.

O Grupo Paranoá, de idade meso a neoproterozóica (1,6 a 1,0 Ba) é representado na região por rochas metamórficas de Unidade Rítmica Quartzítica Intermediária, que consiste de intercalações rítmicas de quartzito, metassilito e metargilito, de ambiente marinho plataformal.

O Grupo Bambuí, de idade neoproterozóica (850 a 650 Ma), consiste de uma seqüência de rochas sedimentares argilosas e carbonatadas que, na base é representada por tilito que marca glaciação de escala continental,

seguindo por margas, dolomitos, calcáreos, folhelhos, arcóseos e siltitos, associados a ambiente marinho plataformal raso.

Por fim, ocorrem coberturas fanerozóicas (2 a 1 Ma) representadas por formações superficiais do tipo coberturas detritico-lateríticas (sedimentos e concreções lateríticas) e depósitos aluvionares (areia, argila e cascalho).

Os recursos minerais da região, em sua área de detalhe, são representados, predominantemente, por ocorrências e, mais raramente, por depósitos minerais de ouro, estanho, quartzo e, mais raramente, cobre e titânio (**Figura 8**).

As ocorrências e depósitos minerais de ouro estão associados, nos depósitos primários, a veios de quartzo encaixados em rocha granito-gnáissicas intensamente deformadas (milonitizadas) e, nos depósitos secundários, a areias aluvionares. As ocorrências e depósitos minerais de estanho (cassiterita) estão associados, nos depósitos primários, a veios e zonas de alteração metassomática em granitos estaníferos e rochas encaixantes, e, nos depósitos secundários, a areias aluvionares, por vezes junto com ouro.

As ocorrências de cristal de rocha estão associadas a veios de quartzo preenchendo fraturas em quartzitos do Grupo Araí. O potencial mineral da região, em sua área de detalhe é destacado como de moderado a alto para ouro (porção sudeste da área detalhada), alto a moderada e moderado a baixo para estanho e índio. As atividades de mineração, principalmente de ouro, estanho e cristal de rocha, essencialmente garimpeiras e importantes até os séculos XIX e XX, encontram-se atualmente desativadas.

Considerando que os estilos de mineralização não favorecem a

formação de grandes depósitos, que a dimensão dos depósitos (reservas) atualmente definidas não são muito significativas, que os preços de mercado para os principais bens minerais citados não estão muito atrativos, que o impacto ambiental em atividades de mineração por garimpo tende a ser muito elevado e que as condições de infraestrutura (água, luz e acesso) são muito precárias, a mineração não parece ser atividade econômica, no momento, das mais recomendáveis para as comunidades Kalunga.

3.6 HIDROGEOLOGIA

Ainda que não existam estudos sistemáticos sobre os recursos hídricos subterrâneos na região, alguns conceitos básicos podem ser apresentados de forma sucinta de maneira a subsidiar considerações preliminares para a área detalhada.

As águas subterrâneas preenchem espaços vazios abaixo da superfície terrestre que podem ser entre os grãos que compõem o solo ou rochas, chamados de poros, ou em rachaduras nas rochas, chamadas de fraturas. Estes espaços vazios têm, geralmente, dimensões milimétricas, mas como são muito abundantes, quando preenchidos por água, fazem do subsolo o segundo maior reservatório de água doce do planeta, superado apenas pelas geladeiras e calotas polares, assim, a principal fonte de água doce no estado líquido.

A quantidade de espaços vazios define a porosidade do material, enquanto a permeabilidade é definida pela facilidade de circulação da água entre os espaços vazios, sendo que quando os poros ou fraturas estão ligados entre si, permitindo a fácil circulação da água, o material é chamado de aquífero e pode ter profundidade, largura e extensão muito variáveis. Os

espaços vazios podem estar totalmente preenchidos por água, definindo a zona saturada, ou parcialmente preenchidos por ar e água, definindo a zona sub-saturada, e o limite entre estas duas zonas é chamado de nível freático.

Quando a zona saturada encontra-se abaixo somente da zona subsaturada, o aquífero é chamado de livre e, quando a zona saturada está limitada por material impermeável, o aquífero é chamado de confinado, podendo haver condições intermediárias entre os dois tipos.

A captação de água subterrânea por meio de poços é possível devido ao fluxo de água que toma o lugar do material retirado pela escavação e a vazão de um poço corresponde à quantidade de água que pode ser retirada sem que o nível freático seja rebaixado em escala local, ou seja, sem interferir nos demais poços perfurados na região.

Os poços rasos (“cacimbas”) podem atingir até algumas dezenas de metros de profundidade e têm diâmetro em torno de 1 metro, sendo perfurados em material inconsolidado (solo ou rochas muito decompostas), que pode ser constituído por material de vários tamanhos.

Os materiais arenosos são muito porosos e permeáveis e, por isso, excelentes aquíferos, enquanto os materiais argilosos são pouco porosos e pouco permeáveis e, assim, constituem as camadas confinantes denominadas aquícludes, e os materiais silto-argilosos ou argilo-arenosos liberam água muito lentamente e são chamados aquítardees.

Os poços profundos (“artesianos”) podem atingir várias dezenas ou centenas de metros de profundidade e têm diâmetro em torno de 10 cm, sendo perfurados em material consolidado (rochas não alteradas), onde a água pode localizar-se tanto nos espaços entre grãos como em fraturas.

A recarga do aquífero é um fator muito importante na exploração de poços, depois representa a capacidade de reposição de água retirada,

pincipalmente por meio da infiltração de água da chuva no solo, que costuma ser mais favorável em regiões com relevo mais plano e com cobertura vegetal preservada, o que dificulta o rápido escoamento da água precipitada.

No Brasil, as águas subterrâneas ocupam diferentes tipos de aquíferos, desde zonas fraturadas em rochas pré-cambrianas cristalinas (rochas “duras”: rochas magmáticas e metamórficas), até zonas porosas em rochas sedimentares (rochas “moles”), solos ou sedimentos inconsolidados, e de acordo com a situação, várias províncias hidrogeológica são definidas.

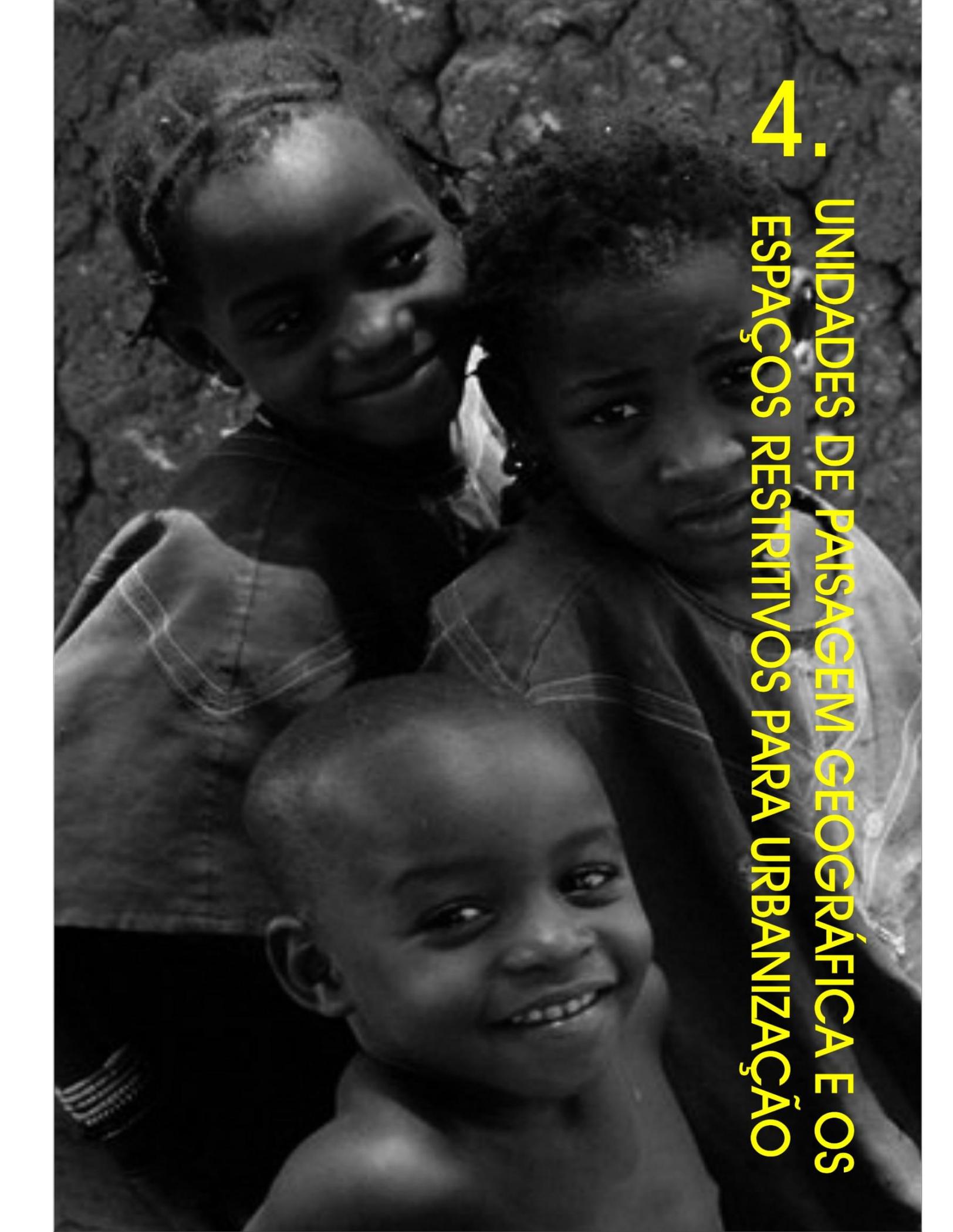
A região estudada situa-se na Província Hidrogeológica do Escudo Central, sendo representada por aquíferos em rochas cristalinas, em zona fraturada, material friável (rocha em decomposição) ou zona superficial (solos predominantemente argilosos e com tendência à laterização).

Em todos os casos o potencial hidrogeológico é baixo no contexto nacional, sendo que a zona fraturada tem espessura de até 10 m, baixa espessura de até 30 m, moderada porosidade e elevada permeabilidade; e a zona superficial tem espessura de até 30 m, alta porosidade e baixa permeabilidade.

A maior parte das comunidades Kalunga da área detalhada situa-se sobre rochas pré-cambrianas do complexo Almas-Cavalcante e do Grupo Araí, cujo intemperismo, gerou predominantemente, cambissolos e solos d'água e com nível freático raso, e cobertura vegetal natural predominantemente do tipo Sacana Arborizada com evidências de degradação, especialmente nas regiões do Vão de Almas e do Córrego dos Bois.

A área detalhada apresenta características que sugerem pouco potencial para a exploração de recursos hídricos subterrâneos por poços profundos, e as maiores possibilidades estão em áreas de ocorrência de metassedimentos detriticos do Grupo Araí (quartzitos) que ocorrem predominantemente nas serras da região. Que favorece a perfuração de poços rasos.

Deve ser ressaltado que além da captação de água subterrânea por poços rasos, outras atividades de baixo custo, como captação de água superficial, por meio de canalização, e de água da chuva, por meio de calhas em telhados, são recomendáveis para as comunidades Kalunga, que devem ainda ser devidamente instruídas quanto a necessidade de implementação de sistema de saneamento individual por meio de fossas sépticas ou ecológicas.



4 · UNIDADES DE PAISAGEM GEOGRÁFICA E OS
ESPAÇOS RESTRITIVOS PARA URBANIZAÇÃO

4. UNIDADES DE PAISAGEM GEOGRÁFICA E OS ESPAÇOS RESTRITIVOS PARA URBANIZAÇÃO.

A informação espacial referente à forma de ocupação que se processa no território constitui uma das mais estratégicas para responder e informar sobre as inúmeras indagações do que está acontecendo, do que pode acontecer e do que aconteceu no espaço geográfico. Nesse sentido, a interpretação e o mapeamento dos padrões das unidade paisagem do território, constitui uma ferramenta básica de armazenamento e comunicação de dados geográficas, sobretudo como fontes geradoras das informações para o processo de planejamento e gestão territorial.

A expressão “paisagem geográfica” resulta aos padrões ambientais diferenciados de apropriação do espaço, e caracterizando como um fato físico, objetivo, categorizável, portanto, possível de dimensionamento. Tomando está como uma estrutura espacial, verificamos duas dimensões básicas: a temporalidade (tempo) e a mutação (movimentação permanente). A variação das padronizações de ocupação, assim como, a sua intensidade podem se tornar causa de incompatibilidades de uso e desorganizações espaciais. O mapeamento das configurações das paisagens permitem explicar como, onde, por quem, por que, e para que esse território é usado. Leva a reconhecer as heranças e intencionalidades da sociedade. Sendo principalmente as formações da cobertura vegetal (paisagem natural) e os elementos tecnificados, que o homem construiu ou alterou (paisagem transformada) (Anjos, 1998).

Os mapas temáticos e as cartas imagens de satélite, cada vez mais, se firmam como ferramentas eficazes de representação, interpretação e leitura

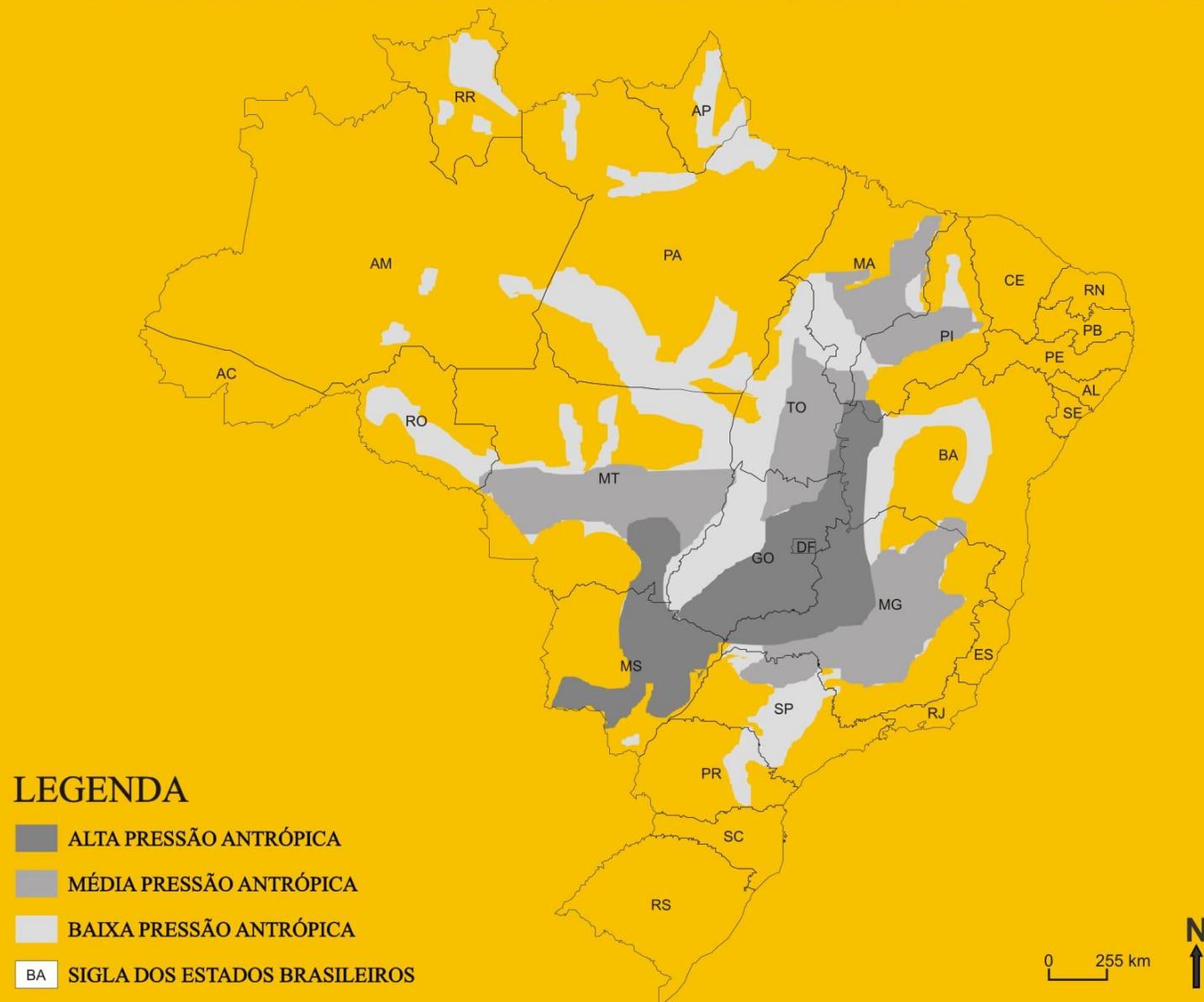
do que acontece no território e o mapeamento das unidades de paisagem é uma das mais relevantes formas de expressão gráfica do espaço geográfico, justamente por possibilitar a compreensão da distribuição dos tipos estruturais de ocupação em determinado momento histórico, é um documento cartográfico resultante de um agrupamento de classificação de usos e atividades existentes, possibilitando uma percepção visual de como estes padrões predominam e se distribuem espacialmente na área interpretada (Anjos, 1999). Dessa forma, o mapeamento dos padrões de paisagem no território tem como função básica servir para responder a uma questão inicial básica no processo de planejamento territorial: O que acontece ou o que acontecia neste espaço geográfico? Esse tipo de produto, portanto, pode revelar e resgatar a informação sobre os espaços já transformados, põe em evidência a necessidade de se alterar padrões de usos e de intervir em incongruências territoriais detectadas.

O território brasileiro tem uma superfície de cerca de 8.500.000 km², ocupando quase a metade da América do Sul e com fronteiras comuns com todas as nações, à exceção do Chile e do Equador, abriga um extraordinário mosaico de ecossistemas produzido não só por uma ampla diversidade climática, como topográfica. A **Figura 12** mostra a estrutura espacial do Bioma dos Cerrados e os diferentes níveis de pressão antrópica. O território Kalunga encontra-se inserido dentro das zonas de alta e média pressão antrópica. Esse fato revela os riscos de descaracterização territorial devido, principalmente, à pressão das atividades agropecuárias existentes na Região e provocadora de conflitos de fronteiras e de uso da terra.

O fato do sítio Histórico e Cultural Kalunga estar inserido no Bioma dos Cerrados, que constitui o ecossistema de maior vulnerabilidade

FIGURA 12

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS NÍVEIS DE PRESSÃO ANTRÓPICA NO ECOSISTEMA DO CERRADO - BRASIL



Fonte: Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal. MMA Brasília - 1999
Projeto Cartográfico By Rafael Sanzio A. dos Anjos BSB DF 2000 E-mail: mappas@unb.br

territorial no país, reforça a relevância da criação das estratégias de manejo integrado de grandes extensões desse território, desde a preservação até o aproveitamento sustentável.

4.1 O PROCESSO DE MAPEAMENTO

Os elementos da legenda do mapeamento estão organizados da seguinte forma: Unidades de Paisagem Natural (cerrado com bom nível de preservação, cerrado com diferentes níveis de alterações e espaço de topografia movimentada e densidade de drenagem); Paisagem Transformada (predomínio de espaço urbano, espaço com predomínio de atividades agrícola e/ou pecuária e área de topografia movimentada com uso misto).

Este mapeamento realizado na escala geográfica de 1:100.000, ou seja, o espaço do território Kalunga se apresenta reduzido 100 mil vezes (1 cm = 1 Km), responde o que está acontecendo, de fato, em termos de organização espacial e padrões de ocupação no território no ano de 2003; Foram dois os procedimentos básicos de trabalho:

1. Realização da interpretação das unidades de paisagem na área Kalunga (aproximadamente 55.600 Km²). O material fundamental para a elaboração desse produto foi a imagem de satélite *Landsat/* 2003 cobrindo todo o território da área de investigação;
2. Realização de um trabalho de campo, percorrendo de forma pontual quase toda a extensão do sítio Histórico e Cultural Kalunga. Esta investigação da “verdade terrestre” possibilitou tirar muitas dúvidas nas áreas que apresentavam problema de

separabilidade nos padrão de ocupação, assim como verificação do nível de alteração do cerrado transformado. A forma da estrutura do documento cartográfico e a sua simbologia preconizou utilizar as referencias fundamentais recomendadas pela semiologia gráfica (Le Sann, 1983). No sistema Corel Draw foi desenvolvido o projeto gráfico dos produtos cartográficos. A **Figura 13** mostra as Unidades de Paisagem Geográfica interpretadas no território Kalunga. Os padrões dominantes são os espaços de topografia movimentada e relevo estrutural preservado e o ambiente do cerrado com diferentes níveis de alteração. Este ultimo padrão de ocupação merece uma atenção especial na gestão do Sítio Kalunga, porque é o território amis “vulnerável” a se transformar em outros tipos de usos. Um importante investimento seria a recomposição ambiental desses espaços.

Algumas constatações territoriais do mapeamento:

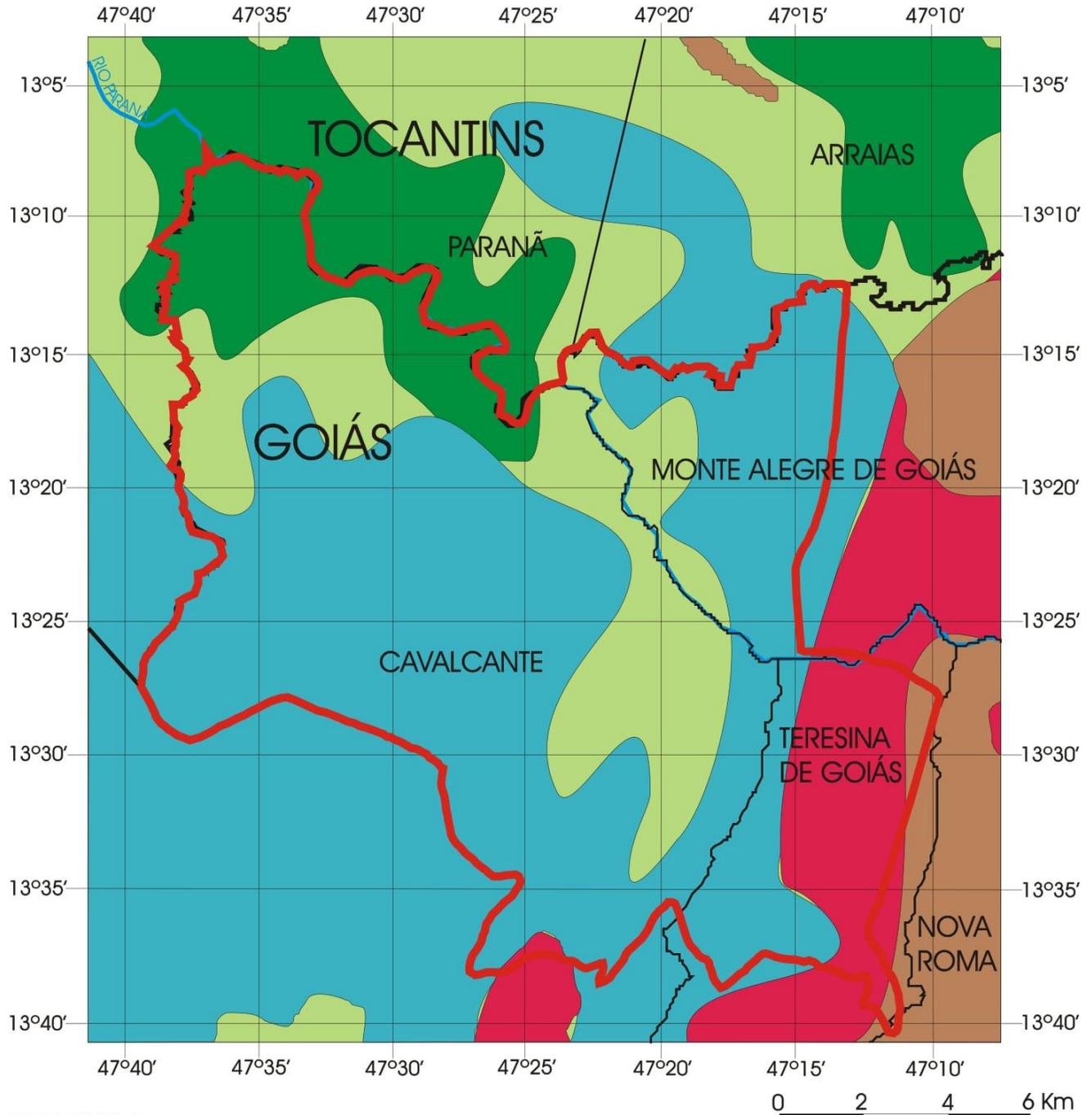
1. O ambiente do cerrado com bom nível de preservação se localiza basicamente, no norte – nordeste da área, no município de Cavalcante;
2. A área de predomínio agrícola ocupa a porção sul – leste do território Kalunga, se estendendo por uma faixa nos municípios de Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás;
3. Os territórios de topografia movimentada e uso misto são marcantes na Região do Kalunga, mas com pequena expressão no Sítio Histórico e Cultural.

As **Fig. 14 e 15** mostram os perfis dos tipos básicos de paisagens dos espaços natural e transformada.



PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

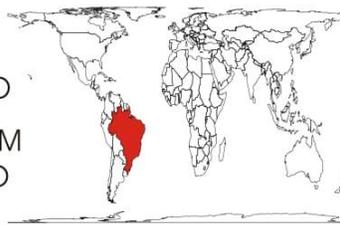
FIG.13 MAPA DAS UNIDADES DE PAISAGEM



LEGENDA

-  ÁREA DE PREDOMÍNIO DE USO AGRÍCOLA
-  ESPAÇO DE TOPOGRAFIA MOVIMENTADA DE USO MISTO
-  AMBIENTE DO CERRADO COM BOM NÍVEL DE PRESERVAÇÃO
-  AMBIENTE DO CERRADO COM DIFERENTES NÍVEIS DE ALTERAÇÃO
-  ESPAÇO DE TOPOGRAFIA MOVIMENTADA/ RELEVO ESTRUTURAL PRESERVADO

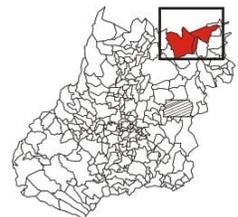
LOCALIZAÇÃO DO BRASIL NO MAPA-MUNDI



A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS



MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

PROJETO E APOIO:

FUBRA
Fundação Universitária de Brasília

ELABORAÇÃO:

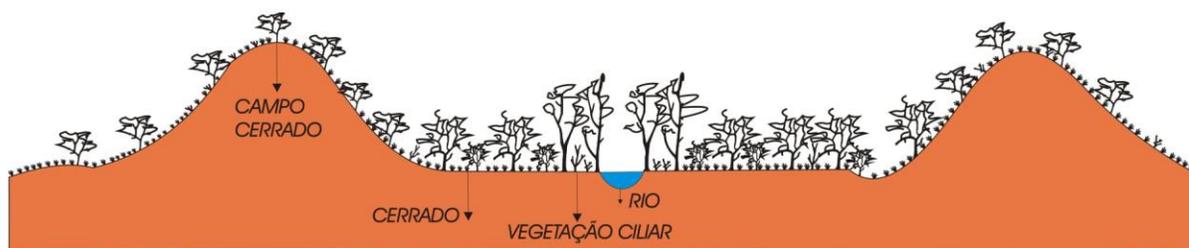
CIGA
CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FIGURA 14

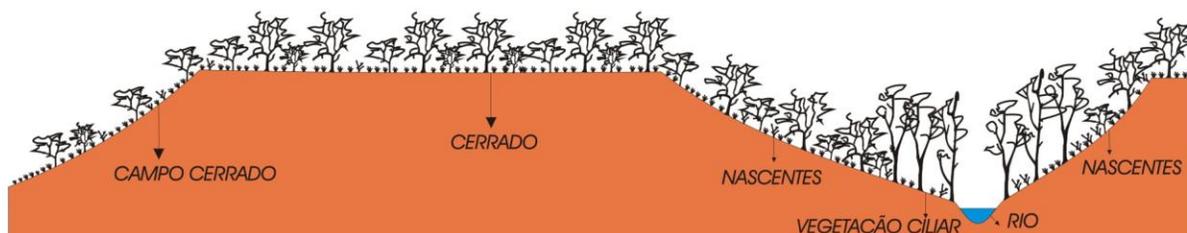
TIPOS BÁSICOS DE PAISAGENS GEOGRÁFICAS NO TERRITÓRIO KALUNGA - GOIÁS - BRASIL

PAISAGENS NATURAIS

1. AFLORAMENTO ROCHOSO / VALE PRESERVADO



2. CONCENTRAÇÃO DE NASCENTES



3. RELEVO MOVIMENTADO COM VEGETAÇÃO DO CERRADO

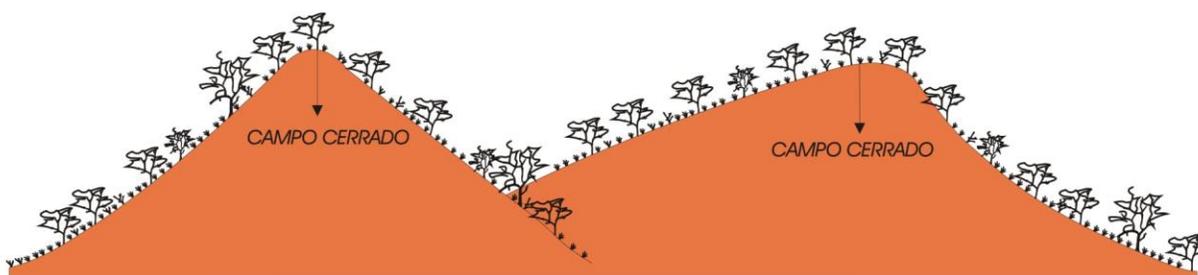
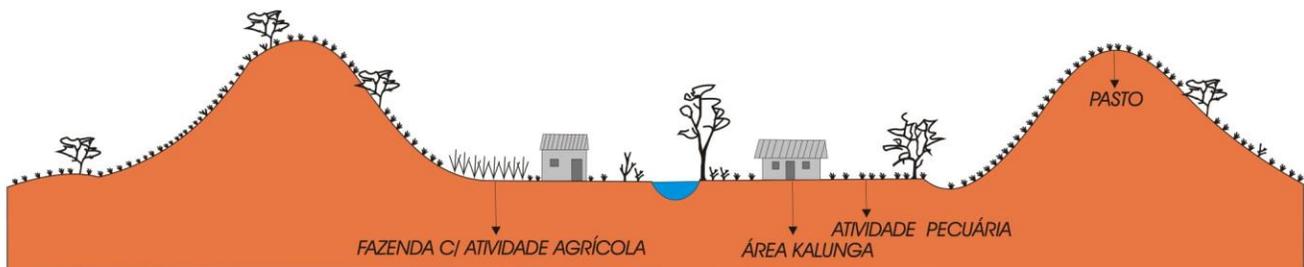


FIGURA 15

TIPOS BÁSICOS DE PAISAGENS GEOGRÁFICAS NO TERRITÓRIO KALUNGA - GOIÁS - BRASIL

PAISAGENS TRANSFORMADAS

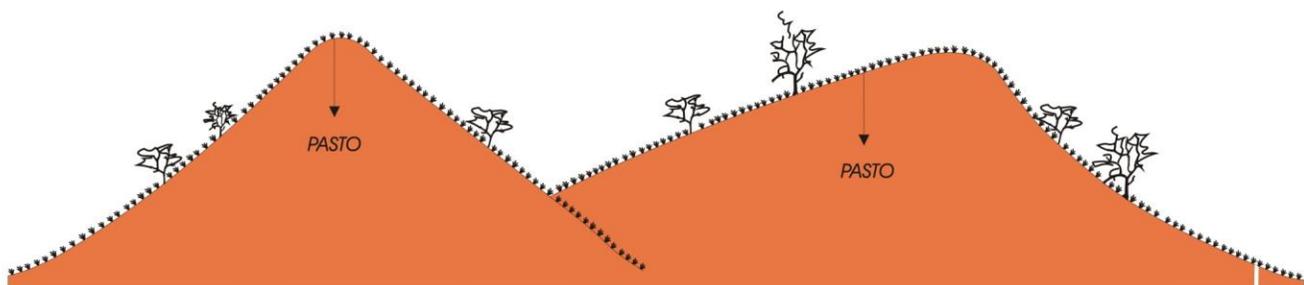
A. USO MISTO (PECUÁRIA / AGRICULTURA / ESPAÇO QUILOMBOLA)



B. ÁREA DE GRANDES CULTURAS (ALGODÃO, SOJA, SORGO, MILHO, ETC)



C. RELEVO MOVIMENTADO COM ATIVIDADE PECUÁRIA



4.2 OS ESPAÇOS RESTRITIVOS PARA URBANIZAÇÃO

Para definir os espaços restritivos para urbanização, tomamos como premissa a formação geológica, o tipo de solo e a declividade do terreno (topografia). O cruzamento dessas variáveis possibilitou três níveis de vulnerabilidade a processos erosivos: alta, média e baixa restrição à urbanização. A Fig. 16 mostra a distribuição dessas zonas segundo a gradiente de vulnerabilidade. Algumas constatações espaciais

1. As áreas com pouca restrição a processo erosivo encontram-se distribuídas em dois espaços na área de investigação: no centro norte do município de Cavalcante e na porção centro-leste de Teresina de Goiás;
2. Os espaços de restrição média estão distribuídos por todo o sitio quilombola, sem a estrutura de uma mancha contínua;
3. As zonas muito restritivas a urbanização estão presentes, também em todos os três municípios e apresentam manchas com maior unidade territorial. Este fato auxilia na tomada de decisões sobre empreendimentos na área.

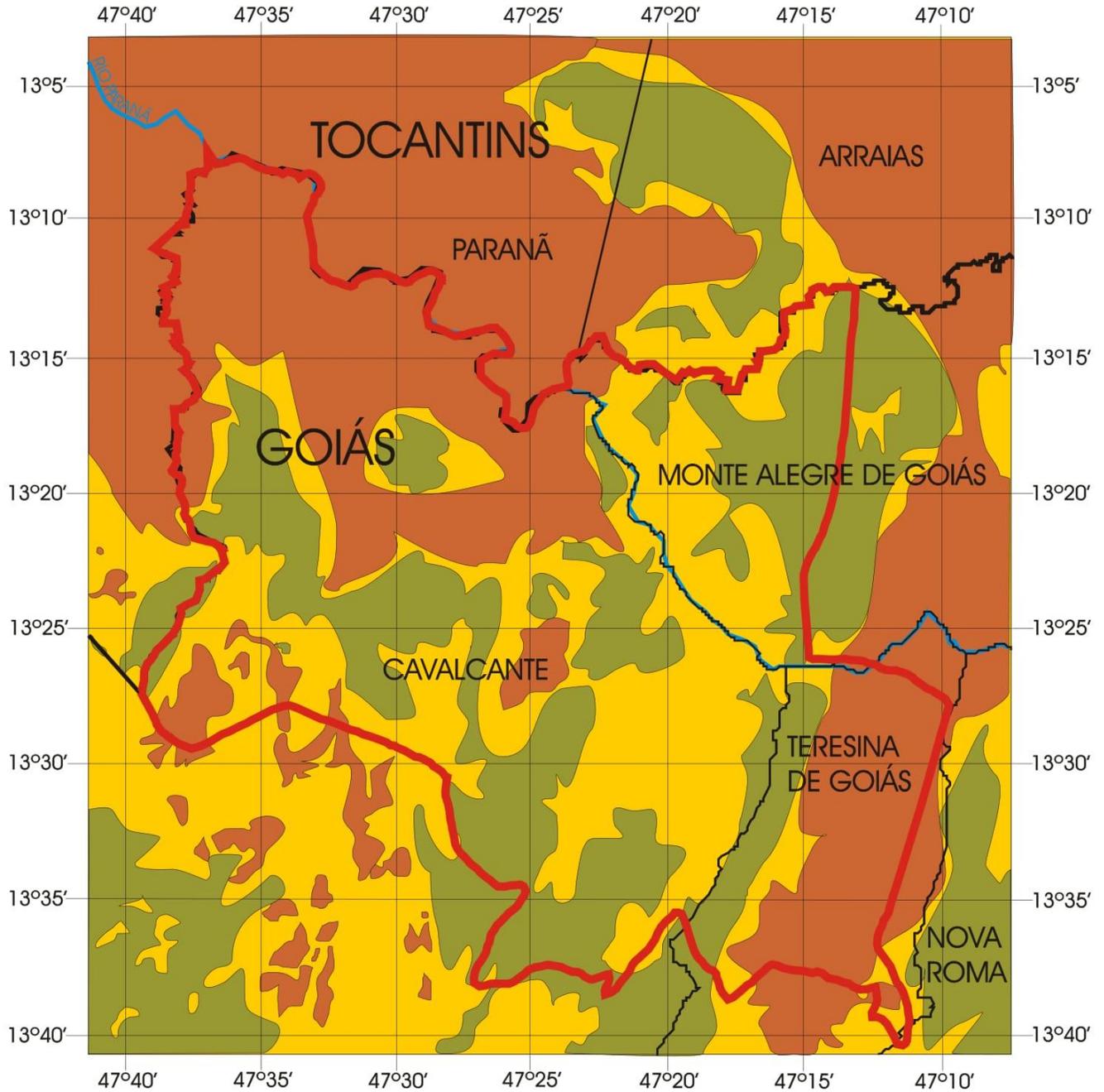
Observando os gradientes dos espaços restritivos e os padrões básicos de ocupação no território Kalunga, é possível verificar o seguinte:

1. As áreas com pouca restrição localizadas no município de Cavalcante correspondem às áreas do cerrado com bom nível de preservação e o de vegetação do cerrado com diferentes níveis de alteração. Conforme referencia anterior, esse último padrão é o mais “vulnerável” entre as unidades de paisagem, por já estar em processo de desfiguração territorial e ser fisicamente favorável à urbanização;



PROJETO AÇÃO KALUNGA - LAUDO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

FIG. 16 MAPA DAS ÁREAS RESTRITIVAS*



LEGENDA

(*) ÁREAS RESTRITIVAS SEGUNDO O RISCO DE EROSIÃO, CONSIDERANDO A GEOLOGIA E A TOPOGRAFIA

 POUCO RESTRITIVA

 MEDIANAMENTE RESTRITIVA

 MUITO RESTRITIVA

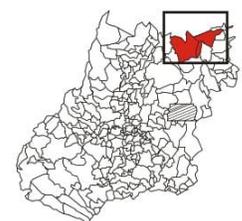
LOCALIZAÇÃO DO BRASIL NO MAPA-MUNDI



A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS



MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA KALUNGA NO ESTADO DE GOIÁS



FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

PROJETO E APOIO:



ELABORAÇÃO:



2. No Município de Teresina de Goiás constatamos que as áreas com pouca restrição estão ocupadas basicamente por uso agrícola, ou seja, as melhores áreas já estão com uso bem definido;
3. As áreas de média e alta restrição a urbanização estão ocupadas na sua maioria pelos espaços de topografia movimentada e relevo estrutural preservado e numa menor proporção, pela zona de cerrado com diferentes níveis de alteração.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem uma forte implicação geográfica e cartográfica, pois exigiu um raciocínio permanente em termos de percepções e formulações analíticas das configurações espaciais referentes à contextos geográficos do sítio Histórico Cultural Kalunga – Goiás. Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- A geografia assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural, sobretudo no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais, assim como aponta as espacialidades das desigualdades e exclusões. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial;
- A cartografia é uma ferramenta com condições concretas de representar o que aconteceu e o que está acontecendo no território, bem como representar e apontar graficamente indicadores fisiográficos para o processo de planejamento e implementação de empreendimentos nos territórios quilombolas;
- As unidades de paisagens formadas por ambiente do cerrado com bom nível de preservação e os espaços de topografia movimentada e relevo estrutural preservado, devem ser vistos como zonas de “sobrevivência” ambiental e cultural das comunidades quilombolas. Por isso, a demarcação da unidade de preservação dentro do sítio se faz necessário;
- A expansão e “pressão” das atividades agropecuárias

(principalmente, grandes culturas e as fazendas de gado), constituem uma “ameaça” ao sítio histórico e cultural, seja pelos conflitos de fronteira e/ou incompatibilidades na forma de uso da terra. Esse processo é verificado na fronteira leste da área de estudo, nos municípios de Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás;

- As extensões ocupadas por um cerrado já alterado constituem um espaço potencializado para a implementação de empreendimentos desde que os aspectos físicos restritivos sejam considerados, como premissa básica. Isso porque, as zonas com restrições devido a susceptibilidade a processos erosivos estão bem distribuídas em quase toda a área do sítio cultural e histórico;
- Do ponto de vista da infra-estrutura verificado na área durante o trabalho de campo, dois pontos chamam a atenção: primeiro, a precariedade das estradas e os riscos permanente da população diante dessa lacuna básica da circulação na região. O outro aspecto, se refere à sinalização dentro do território Kalunga. Simplesmente não existe quase nada nessa direção;
- Dentre as recomendações fundamentais para o pleno êxito das implementações dos projetos em andamento são as seguintes: um cadastramento das localidades e das estradas, assim como, um programa de sinalização para auxiliar na circulação dentro do sítio histórico e cultural;
- No trabalho de campo uma questão estrutural foi apontada por várias lideranças da comunidade, referente ao aumento do consumo de bebidas no sítio Kalunga. A expansão geográfica dos “botecos” pode ser controlada, entretanto, o programa educacional para a comunidade quilombola deve contemplar as questões que envolvem

essa temática e os riscos de descaracterização da população do remanescente.

- Do ponto de vista ambiental, o fato verificado de maior implicação no território é a extração clandestina e, também autorizada, de areia no curso de alguns rios. Esse fato trará a médio prazo, sérios problemas no volume de água, assoreamento e inundação de áreas ao longo dos principais cursos d'água. É preciso uma ação conjunta do IBAMA com o órgão responsável no estado de Goiás para configurar a gravidade do problema e os aspectos legais e ilegais que envolvem a questão:
- Finalmente, uma questão ligada à tipologia habitacional e à organização espacial das comunidades quilombolas, se refere ao processo de descaracterização do padrão construtivo das unidades habitacionais, como por exemplo, a substituição do bloco de adobe por tijolo furado, e do traçado retilíneo imposto pela infra estrutura implementada, como por exemplo a rede de poste (energia). Estes fatos espaciais podem se tornar, num futuro, não muito longínquo o principal problema da descaracterização da paisagem de referencia do remanescente de quilombo, causada, principalmente, pelos “benefícios” trazidos pelo sistema oficial. Isto quer dizer, que uma preocupação com a paisagem quilombola, a sua população, o contexto restritivo ambiental e os valores culturais são premissas básicas para um projeto sustentável não só no sítio histórico, mas em toda Região Kalunga.



9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA-GO (2000) **Sistema de Informações Geográficas de Geologia e Recursos Minerais de Goiás e Distrito Federal – SIG-Goiás.** Agencia Ambiental de Goiás (formato digital).

ANEEL (2001) **Sistema de Informações Georreferenciadas de Energia e Hidrologia – Hidrogeo.** Agencia Nacional de Energia Elétrica (formato digital).

ANJOS, R. S. A. **A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada.** *Revista Humanidades.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22): 12-32, 1989.

_____. **Cartografia e dinâmica territorial: o mapa imagem multitemporal do Distrito Federal do Brasil.** *GeoDigital 96: anais.* São Paulo: FFLCH-USP, 1996, p. 114-124.

_____. **Projeto mapeamento dos remanescentes de quilombos no Brasil - sistematização dos dados e mapeamento (Versão preliminar) - Relatório técnico** (mimeografado). Fundação Cultural Palmares – Minc. Brasília, 1997, Anexo planilha de dados e mapas.

_____. **A geografia, os negros e a diversidade cultural.** Série O Pensamento Negro em Educação - Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106

_____. **Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem.** Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

_____. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – Primeira configuração espacial.** Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

_____. **O espaço geográfico dos remanescentes de quilombos**

- do Brasil.** Revista Terra Livre – Paradigmas da Geografia Parte II. AGB. Número 17, 2001, São Paulo.
- _____ **A África, a geografia, o trafico de povos africanos e o Brasil.** Revista Palmares em Ação. Ano I, número 2, 2002. Brasília.
- ANJOS, R.S.A & LIMA, A L. **Áreas restritivas à ocupação urbana na Região Administrativa de Sobradinho – DF.** Revista Espaço & Geografia. GEA – UnB . Vol 5 número 1. 2002. Brasília.
- BECKER, B.K. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CPRM (2001) **Geologia Tectônica e Recursos Minerais do Brasil – Sistema de Informações Geográficas – SIG.** Serviço Geológico do Brasil (formato digital)
- CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARRIL, L. F. B. **Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.** *AGB Informa* no.67. São Paulo,1997, p. 6-7.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nova Editora, 2002.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor,
- GIORDANI, M.C. **História da África anterior aos descobrimentos. Idade moderna I.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IBAMA (2001) **Programa de Observação Espacial – POESIA – Série Recursos Hídricos – Monitoramento da Qualidade da Água.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (formato digital).

- IBGE (2001) **Mapa Índice do Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (formato digital).
- JESUS, M. R. **A visão geográfica de quilombo como elemento ativo no espaço: o estudo de caso do remanescente Kalunga no nordeste de Goiás**. Monografia de Graduação – Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília – DF. 2001.
- WANIEZ, P. **Samba 2000 - Cabral 1500**. Orstom - Editions Cartographic. France, 1996.
- PARKER, G. **Atlas da história do mundo**. Times Books. Londres, 1993.
- PELUSO, M.L. **O sujeito na geografia do século XXI: notas para uma reflexão**. Texto apresentado para debate no mini-curso ministrado no XI EREGEO, Catalão, nos dias 3 a 5 de 1999.
- RUFINO, J. **A inserção do negro e seu dilemas. Parcerias estratégicas**. Ministério Extraordinário de Projetos Especiais. Centro de Estudos Estratégicos. vol. 1, no.11, Brasília, 1996, p. 111-154.
- SANTOS, M. **Pesquisa reforça preconceito**. *Folha de S. Paulo*. Caderno Especial Domingo. P. 8. São Paulo, 1995.
- LE SANN, J.G. Documento cartográfico: considerações gerais. *Revista Geográfica e Ensino*. Belo Horizonte, UFMG, 1 (3): 3-7, 1983.

ANEXOS

MAPA GERAL DAS LOCALIDADES DO SÍTIO CULTURAL E HISTÓRICO KALUNGA

ANEXO II

**DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA
SINTESE DAS POTENCIALIDADES E
RESTRICÇÕES FÍSICO-AMBIENTAIS**